

VINICIUS NASCIMENTO CONRADO

**ESTUDO DE CASO SOBRE AS RELAÇÕES DE UMA EMPRESA
FLORESTAL BRASILEIRA COM A COMUNIDADE: DIAGNÓSTICO E
PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Ciência Florestal, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2015**

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

C754e
2015
Conrado, Vinicius Nascimento, 1983-
Estudo de caso sobre as relações de uma empresa florestal brasileira com a comunidade : diagnóstico e proposta de aperfeiçoamento do processo / Vinicius Nascimento Conrado. - Viçosa, MG, 2015.

xi, 95f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Elias Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.81-84.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Empresas florestais - Aspectos sociais. 3. Empresas florestais - Aspectos ambientais. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Engenharia Florestal. Programa de Pós-graduação em Ciência Florestal. II. Título.

CDD 22. ed. 658.408

VINICIUS NASCIMENTO CONRADO

**ESTUDO DE CASO SOBRE AS RELAÇÕES DE UMA EMPRESA
FLORESTAL BRASILEIRA COM A COMUNIDADE: DIAGNÓSTICO E
PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Ciência Florestal, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de junho de 2015

Prof. Jeferson Boechat Soares

Prof. Wantuelfer Gonçalves

Prof. Elias Silva
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter acreditado em mim, e me guiado nesta jornada.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), pelo treinamento proporcionado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos concedida.

Ao professor Elias Silva, pela orientação, credibilidade, amizade e, principalmente, pelas palavras de incentivo que me motivaram, cada vez mais, a realizar este trabalho.

Aos professores Wantuelfer Gonçalves e Jeferson Boechat Soares, pela leitura do trabalho e apresentação de oportunas sugestões.

Aos funcionários do Departamento de Engenharia Florestal, Rita de Cássia Silva Alves e Alexandre Amorim, pelo apoio, amizade e dedicação dispensada nos assuntos relacionados à Pós-Graduação.

À minha amada esposa Emanuelle, por tudo o que conquistamos juntos, e por enfrentar comigo este desafio e esta nova etapa das nossas vidas.

Ao meu filho Heitor, por ser o motivo e luz da minha vida.

Aos meus pais, Vanderley e Ana, pelos ensinamentos, pela oportunidade que me deram de estudar e, principalmente, pela formação da minha educação e do meu caráter.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

BIOGRAFIA

Vinicius Nascimento Conrado, filho de Vanderley dos Santos Conrado e Ana Maria Nascimento Conrado, nasceu em 23 de junho de 1983, em Vila Velha, Espírito Santo.

Em 2006, concluiu o curso de Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Campus Viçosa, Minas Gerais.

Ainda em 2006, iniciou o curso de Engenharia Florestal, na UFV, Campus Viçosa, sendo o mesmo concluído em maio de 2012.

Em agosto de 2013, iniciou o curso de Mestrado em Ciência Florestal no Departamento de Engenharia Florestal da UFV, defendendo dissertação em 29 de junho de 2015.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
RESUMO.....	viii
ABSTRACT	X
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	1
2. OBJETIVOS	3
3. REVISÃO DE LITERATURA	4
3.1. Responsabilidade	4
3.1.1. Responsabilidade Social Empresarial - RSE.....	8
3.1.2. Responsabilidade Social Empresarial e o “Risco Social”	12
3.2. Evolução do Pensamento Socioambiental no Brasil	18
3.3. Setor Florestal Brasileiro e a RSE	24
3.4. Celulose Nipo-Brasileira S/A – CENIBRA	28
3.4.1. Instituto CENIBRA	33
3.4.2. Índices de Desenvolvimento Econômico e Social Observados pelo Instituto CENIBRA	35
4. MATERIAL E MÉTODOS	40
4.1. Área de Estudo – Municípios da Área de Atuação do Instituto CENIBRA	41
4.2. Procedimentos Metodológicos	44
4.2.1 Descrição e Análise do Quadro Socioeconômico dos Municípios Estudados - Indicadores Socioeconômicos	44
4.2.2. Descrição e Análise das Ações de RSE do Instituto CENIBRA	46
4.2.3. Proposição de Ações para Dinamizar e Diversificar os Projetos do Instituto CENIBRA	47
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
5.1. Índices de Desenvolvimento Social Utilizados pelo Instituto CENIBRA	48
5.1.1. IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios	48
5.1.2. IMRS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social	54
5.2. Instituto CENIBRA	58

5.2.1. Ações de RSE do Instituto CENIBRA	59
5.2.2. Projetos Fixos e Itinerantes	68
5.2.3. Análise dos Projetos	69
5.3. Proposição de Ações para Dinamizar e Diversificar os Projetos do Instituto CENIBRA	75
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	78
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXOS	85
Anexo I – Valor e respectiva classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), região de atuação do Instituto CENIBRA, anos 2000-2010	86
Anexo II – Valor e respectiva classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), segundo o item Renda, região de atuação do Instituto CENIBRA, anos 2000-2010 ...	88
Anexo III – Valor e respectiva classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), segundo o item Longevidade, região de atuação do Instituto CENIBRA, anos 2000- 2010	90
Anexo IV – Valor e respectiva classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), segundo o item Educação, região de atuação do Instituto CENIBRA, anos 2000-2010	92
Anexo V – Valor e respectiva classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), região de atuação do Instituto CENIBRA, ano 2010	94
Anexo VI – Número de ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), segundo o município, mesorregião e microrregião, região de atuação do Instituto CENIBRA	95

LISTA DE TABELAS

		Página
TABELA 1	Classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)	45
TABELA 2	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM)	45
TABELA 3	Mesorregiões e respectivas microrregiões da área de atuação do Instituto CENIBRA	46
TABELA 4	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) atendidos pelo Instituto CENIBRA e respectiva percentagem, anos 2000 e 2010	49
TABELA 5	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) atendidos pelo Instituto CENIBRA e respectiva percentagem, Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, anos 2000 e 2010	50
TABELA 6	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) atendidos pelo Instituto CENIBRA e respectiva percentagem, Mesorregião do Vale do Rio Doce, anos 2000 e 2010	50
TABELA 7	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) e respectiva percentagem, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, segundo os itens Renda e Longevidade, anos 2000 e 2010	52
TABELA 8	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) e respectiva percentagem, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, segundo o item Educação, anos 2000 e 2010	53
TABELA 9	Classificação do Índice Mineiro de	

	Responsabilidade Social (IMRS) e respectiva percentagem, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, ano 2010	55
TABELA 10	Classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e respectivo valor, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, segundo os itens Assistência Social; Cultura; Educação; Esporte, Turismo e Lazer; e Finanças Públicas, ano 2010	57
TABELA 11	Classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e respectivo valor, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, segundo os itens Saneamento, Habitação e Meio Ambiente; Renda e Emprego; Saúde; e Segurança Pública, ano 2010	57
TABELA 12	Número de ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), segundo as áreas Social; Bem- Estar Social, Cultura e Esporte; e Trabalho e Renda, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA	67
TABELA 13	Número de ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), segundo as mesorregiões e respectivas microrregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA	67

RESUMO

CONRADO, Vinícius Nascimento, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, Junho de 2015. **Estudo de caso sobre as relações de uma empresa florestal brasileira com a comunidade: diagnóstico e proposta de aperfeiçoamento do processo.** Orientador: Elias Silva.

O segmento florestal do Brasil vem experimentando inúmeros avanços tecnológicos, que têm lhe permitido alcançar recordes de produtividade e atender o mercado nacional e uma expressiva parcela do internacional. Sendo assim, na administração dos seus ativos, projetos e planos a executar, necessita considerar os princípios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) para bem se relacionar com as comunidades do entorno de seus empreendimentos, assim como com funcionários, acionistas, fornecedores, clientes, representantes de órgãos públicos e de entidades não governamentais, entre outros. Ou seja, todos aqueles capazes de interferirem na imagem e na capacidade produtiva da empresa. Diante desta situação, este estudo teve por objetivo geral diagnosticar e interpretar as ações realizadas no campo socioambiental de uma destacada empresa florestal brasileira, qual seja, a Celulose Nipo-Brasileira S/A (CENIBRA), por meio do seu Instituto, e de forma complementar propor aperfeiçoamentos do processo. Como estudo de caso, concentrou-se na análise de relatórios de instituições públicas e privadas e em material acadêmico, na forma de teses e artigos científicos. Também teve foco nos relatórios anuais de sustentabilidade da CENIBRA; nas informações divulgadas e fornecidas pelo site do Instituto CENIBRA; em dados sobre o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), fornecido pela Fundação João Pinheiro (FJP); e em dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), idealizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O estudo abrangeu a área de atuação da CENIBRA, região na qual o instituto que leva o seu nome desenvolve as ações de RSE. Esta área compreende 54 municípios mineiros, distribuídos nas mesorregiões do Vale do Rio Doce, Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata, além de Carmésia. Os resultados obtidos demonstram que o Instituto CENIBRA desenvolve

ações da maior importância para as comunidades atendidas, haja vista que os indicadores sociais da região são normalmente baixos. Em sintonia com esta situação, detectou-se concentração de ações no trinômio emprego e renda, cultura e meio ambiente. Além das ações promovidas diretamente pela empresa ou pelo instituto no campo socioambiental, ela executou, em 2013, o investimento de R\$ 595 mil em infraestrutura, como melhoria de estradas e construções de pontes, que podem ser utilizadas pela população em geral, bem como direcionou 13,08% da receita líquida em projetos sociais e 0,54% em projetos relacionados com meio ambiente. Nestes termos, destacaram-se duas conclusões: a empresa não faz autopromoção por meio de suas ações ou de seu Instituto, pois o foco é o público alvo, ou seja, os seus *stakeholders* (atores sociais); e o aprimoramento da relação da empresa com as comunidades surge como efeito secundário, uma vez que as pessoas atendidas passam naturalmente a reconhecê-la como sua legítima parceira. Bem assim, como proposta de aperfeiçoamento do processo, a necessidade de expandir as ações para as outras áreas, haja vista a concentração de esforços na mesorregião do Vale do Rio do Doce. Por fim, como recomendação geral, na medida em que se reconhece que a CENIBRA e o Instituto CENIBRA se constituem num modelo a seguir, que outras empresas do segmento florestal brasileiro incorporem esta filosofia de trabalho em sua rotina e no relacionamento com as comunidades inseridas em seu raio de influência.

ABSTRACT

CONRADO, Vinícius Nascimento, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2015. **Case study on the relationship of a Brazilian forestry company with the community: diagnosis and improvement proposal process.** Adviser: Elias Silva.

The forest segment of Brazil is experiencing numerous technological advances, which have allowed to achieve productivity records and to meet the domestic market and a large portion of the international one. Therefore, in the administration of their assets, projects, and plans to run, it needs to consider the principles of Corporate Social responsibility (RSE) to relate to the surrounding communities of their ventures, as well as with employees, shareholders, suppliers, customers, representatives of government agencies and non-governmental entities, among others. Namely, all those able to interfere in the image and in the productive capacity of the company. In the face of this situation, this paper had as general objective to diagnose and interpret the actions taken in the socio-environmental field of a prominent Brazilian forestry company, which is Celulose Nipo-Brasileira S/A (CENIBRA), through its office, and in a complementary manner to propose improvements in the process. As a case study, this paper has focused on the analysis of reports from public and private institutions and academic stuff, in the form of theses and scientific articles. It also had a focus on sustainability annual reports by CENIBRA; on the information disclosed and provided by the CENIBRA Institute website; on the Minas Gerais Social Responsibility Index (IMRS), provided by João Pinheiro Foundation (FJP); and data on the Municipal Human Development Index (IDHM), designed by the United Nations Development Program (UNDP). The study covered the area of activity of CENIBRA, region in which the Institute that bears its name develops RSE actions. This area comprises 54 municipalities in the State of Minas Gerais, distributed in the meso-regions of the Vale do Rio Doce, metropolitan region of Belo Horizonte and Zona da Mata, besides Carmésia. The results obtained show that the CENIBRA Institute develops actions of greatest importance to the communities served, given that the

social indicators in the region are usually low. In tune with this situation, actions concentration were detected in the trinomial employment and income, culture and environment. In addition to the actions promoted directly by the company or by the Institute in the socioenvironmental field, it ran in 2013 the investment of R\$595 million in infrastructure, such as improving roads and construction of bridges, constructs that can be used by the general population, as well as targeted 13.08% of net revenues in social projects and 0.54% in environment-related projects. In these terms, two findings stood out: the company does not make self-promotion through its actions or its Institute, because the focus is the target audience, its stakeholders; and the enhancement of the company's relationship with communities emerged as secondary effect, since people tended to pass naturally to recognize it as its lawfully wedded partner. Therefore, as a proposal for improvement of the process, the need to expand the actions for the other areas, given the concentration of efforts on the meso-regions of the Vale does Rio Doce. Finally, as a general recommendation, as it is recognized that CENIBRA and CENIBRA Institute constitute a role model that other companies in the Brazilian forestry segment incorporate this philosophy of work into your routine and relationship with the inserted communities its radius of influence.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As inovações tecnológicas do segmento florestal nos últimos 50 anos, aliadas a um período de incentivos públicos, fizeram com que o setor crescesse e se consolidasse de forma promissora no Brasil. Na década de 60, do século passado, havia aproximadamente 500 mil hectares de plantios florestais, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF (2013); atualmente são mais de 7,2 milhões de hectares cultivados e um valor bruto de produção para o setor de R\$ 56 bilhões (INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES - IBÁ, 2015).

Entretanto, os avanços experimentados pelas empresas foram acompanhados de problemas e riscos da “porteira para fora”. Com a evolução da conscientização social e ambiental e em um mundo onde o acesso à terra está cada vez mais restrito, as empresas florestais, devido às grandes extensões que ocupam os seus plantios e às transformações no uso do solo que proporcionam, se tornam alvos constantes de cobrança por responsabilidade social e ambiental.

Essas empresas, na administração dos seus ativos, projetos e planos a executar, precisam considerar as relações com: as comunidades do entorno de seus empreendimentos; funcionários; acionistas; fornecedores; órgãos públicos federais, estaduais e municipais; organismos não governamentais; entre outros. Ou seja, todos aqueles capazes de interferirem na imagem e capacidade produtiva da empresa.

Desses atores que se relacionam com as empresas florestais, as comunidades atingidas direta ou indiretamente pelos empreendimentos florestais eram os que, no passado, tinham menor capacidade de reivindicação, barganha e de organização pela busca de seus direitos frente às empresas. Nas duas últimas décadas essa realidade mudou e estas populações têm conseguido avanços no relacionamento com as empresas florestais, principalmente quando se utiliza das novas mídias de comunicação social para inflamar a consciência socioambiental da sociedade.

Na prática, algumas empresas se antecipam às necessidades desses grupos populacionais e agem com projetos, programas e ações pontuais com o intuito de manter esse relacionamento sadio. Esse movimento das empresas é chamado de Responsabilidade Social Empresarial - RSE.

Este é o caso de uma destacada empresa florestal brasileira, a CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira S/A, que vem realizando importantes e amplas ações de responsabilidade social através do Instituto CENIBRA, o qual foi fundado em 2002 (CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S/A - CENIBRA, 2014). Sendo assim, haja vista o alcance e a qualidade dos seus projetos, o referido instituto recebeu o título de Utilidade Pública Federal.

De outra parte, também se sabe que a cobrança da sociedade e do mercado em relação à responsabilidade das empresas com as questões sociais e ambientais tem avançado ano a ano, à medida que a população se torna mais crítica e politizada, devido principalmente ao maior acesso à informação. Nesse sentido, faz-se necessário revisitar, interpretar e analisar periodicamente quais medidas estão sendo tomadas pelas empresas para responder às demandas da sociedade.

Nestes termos, este estudo se justifica, pois sua essência consiste na análise do caso da CENIBRA, por meio das ações executadas pelo Instituto que leva o seu nome, uma vez que procura diagnosticar e interpretar as relações desta empresa com a comunidade, gerando, por consequência, a possibilidade de efetuar propostas de aperfeiçoamentos do processo.

2. OBJETIVOS

Este estudo teve por objetivo geral diagnosticar e interpretar as ações realizadas no campo socioambiental pela empresa florestal CENIBRA, por meio do seu Instituto, e de forma complementar propor aperfeiçoamentos do processo.

Especificamente, objetivou-se:

- Identificar as ações que possibilitaram melhorar o relacionamento da empresa com as comunidades vizinhas.
- Identificar quais ações tiveram a capacidade de gerar emprego e renda.
- Identificar quais ações tiveram a capacidade de promover e valorizar a cultura das comunidades.
- Identificar quais ações tiveram a capacidade de induzir consciência ambiental.
- Identificar quais ações visavam mostrar às comunidades o cotidiano da empresa.
- Identificar quais ações visavam mostrar às comunidades como a empresa se relaciona com o meio ambiente.
- Identificar se a empresa faz autopromoção a partir das ações tomadas.
- Analisar quais benefícios a empresa tem percebido dos investimentos socioambientais feitos.

3. REVISÃO DE LITERATURA

No sentido de auxiliar a compreensão do presente trabalho, são relatadas abaixo informações sobre os seguintes itens: Responsabilidade; Responsabilidade Social Empresarial (RSE); RSE e o “Risco Social”; Evolução do Pensamento Socioambiental no Brasil; Setor Florestal Brasileiro e a RSE; Celulose Nipo-Brasileira S/A (CENIBRA); Instituto CENIBRA; e Índices de Desenvolvimento Econômico e Social Observados pelo Instituto CENIBRA.

3.1. Responsabilidade

Segundo Normando (2012), pensar sobre a responsabilidade de nossas ações pode fazer surgir um questionamento dicotômico entre egoísmo ético e respeito ao interesse alheio: “o que é mais vantajoso, considerar nossos interesses ou levar em consideração os interesses dos outros; sermos responsáveis ou agir de forma a satisfazer unicamente nossas vontades?”. Sucintamente, agir com responsabilidade é tomar ações levando em consideração os interesses e direitos alheios, acatando as consequências das mesmas. Logo, podemos inferir que a ideia de responsabilidade vem associada ao sentimento de moral e também de legalidade, uma vez que ao entender que a ação feriu o interesse ou o direito de outro se subentende que um acordo entre as partes foi violado.

Quando analisamos a responsabilidade no âmbito moral, ela é de livre arbítrio, pois parte da iniciativa pessoal do sujeito em assumir, ou não, o que foi construído como entendimento de certo e errado na sua formação cultural. Já no âmbito jurídico, a responsabilidade é coercitiva, pois provém de um “organismo” externo ao sujeito causador do dano; neste sentido, ela tem origem no que a sociedade considera ilegal, não necessariamente imoral, conforme o que dispõe o seu conjunto de leis. Nos termos de Stoco (2007):

A noção da responsabilidade pode ser haurida da própria origem da palavra, que vem do latim *respondere*, responder a alguma coisa, ou seja, a necessidade que existe de

responsabilizar alguém pelos seus atos danosos. Essa imposição estabelecida pelo meio social regrado, através dos integrantes da sociedade humana, de impor a todos o dever de responder por seus atos, traduz a própria noção de justiça existente no grupo social estratificado. Revela-se, pois, como algo inarredável da natureza humana.

Podemos, então, entender que existe uma responsabilidade moral e uma responsabilidade legal. Em resumo, quando pensamos em responsabilidade ou procuramos seu significado em um dicionário, a linha de raciocínio é a mesma: dever ou capacidade de responder pelos próprios atos ou de alguém. Segundo Normando (2012), conforme o senso comum, responsabilidade diz respeito à condição ou qualidade de alguém em ser responsável. A autora aprofunda ainda mais a discussão dizendo que:

É pressuposto que esse ser responsável tenha capacidade de consciência quanto aos atos que pratica voluntariamente, ou seja, que consiga saber antes de agir as consequências de sua vontade. Essa consciência dá ao agente responsável ou portador da responsabilidade a obrigação de reparar os danos causados a outros através da realização de seus atos. Daí a ideia de punibilidade ou culpabilidade do ponto de vista ético-jurídico, a capacidade de resposta do ponto de vista social ou simplesmente a ideia de autonomia para agir.

No entanto, e quando o sujeito causador da ação não é uma pessoa física, mas sim uma empresa, uma pessoa jurídica, onde se encaixam os âmbitos moral e jurídico da responsabilidade?

Segundo Diniz (2004), "pessoa" é o ente físico ou coletivo suscetível de direitos e obrigações, sendo sinônimo de sujeito de direito. "Sujeito de direito", segundo a autora, é aquele que é sujeito de um dever jurídico, de uma pretensão ou titularidade jurídica.

Contudo, além das pessoas físicas, existem também, como sujeitos de direito, entidades abstratas, criadas pelo homem, às quais se atribui personalidade. São as denominadas pessoas jurídicas, que assim como as pessoas físicas, são criações do direito (MIRANDA, 1983). Nesse sentido, conceitua-se pessoa jurídica como sendo a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações

(DINIZ, 2004). Entretanto, necessita sempre de uma pessoa física para existir. Porém, atua na vida jurídica com postura própria, em alguns casos até de forma diferente daquela que se esperaria das pessoas que a compõe.

Por ser imaterial, a pessoa jurídica não é afligida pelo sentimento de moral ou de responsabilidade moral. Porém, através da responsabilidade jurídica, pode ser acionada legalmente pelas consequências de seus atos. Assim, podemos inferir que, sem consciência, a empresa carece de sentimento moral sobre suas ações, pautando-as apenas na responsabilidade legal. Logo, é carente de “culpabilidade moral”. Desta forma, conforme Normando (2012), um ato ilegal não necessariamente é imoral e tão pouco o contrário será considerado como verdadeiro.

É importante ressaltar que moral e direito são conhecimentos que se distinguem, porém têm grandes vínculos e até mesmo sobreposições. Eles se baseiam em regras que visam estabelecer previsibilidade às ações humanas. Contudo, a moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa culturalmente, independe de fronteiras geográficas, garantindo identidade entre pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam um mesmo referencial moral comum. Já o direito busca estabelecer regras a uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial válida, visando uma sociedade circunscrita por esse território (GOLDIM, 2003).

Portanto, uma ação considerada moral para um grupo pode ser vista como imoral por outro em um mesmo país. Todavia, sob uma legislação, o ato considerado ilegal deve ser repudiado por todos os grupos daquele território. Logo, como uma pessoa jurídica, que segue suas responsabilidades legais, pode ter senso de responsabilidade moral, uma vez que ela é uma entidade imaterial descabida de sentimento, além de poder ser formada pela união de pessoas com visões e sentimentos de moralidade distintos?

O senso comum subentende a empresa, pessoa jurídica, como um organismo composto de meios humanos, materiais e financeiros que visam a qualquer fim econômico. Assim, ela é detentora de bens e produtora de lucro e capital, além de acarretar em transformações no espaço. Ao alterá-lo, está sujeita a interferir no cotidiano e no meio de vida de outras pessoas físicas ou jurídicas, o que pode potencializar o surgimento de conflito entre a empresa e esses sujeitos. Algumas vezes essas divergências têm fundamentos legais, outras vezes são pautadas pelas subjetividades culturais e morais. Onde, mesmo a empresa ficando resguardada no âmbito legal, tem sua imagem e, às vezes seu lucro, competitividade ou valor de mercado, afetados por esses conflitos. Assim, apesar de seguir a legislação, a falta de responsabilidade moral com o social por uma empresa pode representar grandes prejuízos financeiros para ela.

Todavia, como uma empresa pode atender aos interesses de todos os sujeitos envolvidos, circundantes ou circunscritos a ela, sem afetar sua característica de unidade econômica? Uma forma de atender a essa demanda é através da ideia de Responsabilidade Social. Ashley (2002) simplifica a definição dessa ideia como o compromisso empresarial para o desenvolvimento da sociedade, expresso por suas atitudes e valores.

Obviamente que essas ações de responsabilidade social promovidas, até mesmo pelo custo, não têm como alcançar uma grande parcela da sociedade. Então, a quem essas empresas podem direcionar essas iniciativas? O mais lógico e prático seriam aqueles afetados direta ou indiretamente por seus empreendimentos, os chamados *stakeholders* – definidos aqui como qualquer grupo ou indivíduo que foi afetado ou pode afetar a realização dos objetivos da organização ou empresa (BUSCH e RIBEIRO, 2009). A empresa assume para si a responsabilidade pelos seus atos e compensa compulsoriamente os “danos” causados a seus vizinhos, mesmo que essa compensação não esteja prevista e nem seja exigida legalmente.

Neste sentido, temos que as empresas, mesmo sem a capacidade de senso ou responsabilidade moral, podem caminhar na direção de promover ações que, às vistas da sociedade, têm conotação de auxílio e promoção social. Estas ações, mesmo que não exigidas legalmente, são esperadas pela sociedade, que em resposta proporciona “licença” e “legitimidade” às operações da empresa. Essa resposta representa para a empresa uma diminuição dos riscos de conflitos com os *stakeholders*, principalmente junto às comunidades do entorno do empreendimento.

Com base no exposto, podemos traçar um paralelo e dizer que a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) está para a empresa em relação aos *stakeholders* o que o sentimento ou responsabilidade moral está para o cidadão em relação à sociedade. Contudo, a consciência moral do indivíduo surge da necessidade de se manter integrado ao grupo cultural ao qual pertence. Já as ações de RSE tomadas pelas empresas, devido à inexistência de consciência moral pela pessoa jurídica, são uma busca pela legitimidade frente à sociedade e uma resposta às demandas dos *stakeholders*, de modo a continuar operando no mercado com menos riscos e até ampliando os lucros.

3.1.1. Responsabilidade Social Empresarial - RSE

O atendimento das empresas às demandas socioambientais dos *stakeholders*, sem afetar sua característica de unidade econômica, é o que se denomina de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), sendo definida por Ashley (2002) como:

[...] o compromisso empresarial para o desenvolvimento da sociedade expresso por suas atitudes e valores. De maneira ampla, as organizações devem contribuir para o desenvolvimento sustentável com obrigações de caráter moral, além das estabelecidas pelas diversas leis às quais está submetida, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades. Numa visão ampla do papel das empresas, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e que seja conduzida de maneira sustentável.

Essas ações promovidas pelas empresas e direcionadas aos chamados *stakeholders*, objetivam compensar “danos” causados a eles, mesmo sem a obrigação legal.

Como visto, o *stakeholder*, segundo Busch e Ribeiro (2009), é qualquer grupo ou indivíduo que foi afetado ou pode afetar a realização dos objetivos da organização. Os autores ainda afirmam que, esse objetivo refere-se à sobrevivência da organização e que cada uma possui *stakeholders* específicos. A organização ou empresa deve identificá-los e incluir seus interesses em suas decisões estratégicas. Saber lidar com eles pode representar um dos principais componentes do sucesso de um empreendimento (FREEMAN e MCVEA, 2001).

Freeman e McVea (2001) dizem, ainda, que os principais *stakeholders* que podem afetar ou serem afetados pelas organizações são: *stockholders*; funcionários; fornecedores; consumidores; comunidade local; governo; e organismos não governamentais sociais e ambientais. As relações básicas de cada um deles com a empresa são:

- *Stockholders*: São os proprietários, sócios e acionistas da empresa, os quais têm uma porção financeira da organização e esperam algum tipo de retorno por ela.
- Funcionários: Têm seus empregos, e em troca de trabalho, esperam da empresa salário, segurança e benefícios, entre outros retornos.
- Fornecedores: Suprem a matéria-prima necessária à produção. A empresa é cliente de seu fornecedor e, também, um *stakeholder* desse.
- Consumidores: Recebem produtos e/ou serviços da empresa pelo ato da compra.
- Comunidade local: “Garante” à empresa o direito de construir suas instalações e áreas produtivas, recebendo em troca benefícios de taxas e contribuições, bem como as externalidades produzidas pelo empreendimento.

- Governo: Determina as leis que a empresa deve respeitar para poder continuar a operar no mercado.
- Organismos não governamentais: Refletem as aspirações de parte da sociedade civil em relação às preocupações ambientais e sociais que a empresa deveria ter.

Todos os *stakeholders* têm sua importância e cabe à empresa ponderar os seus diversos interesses. Assim, Garcia (2002) complementa o significado de Responsabilidade Social Empresarial:

[...] forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Alguns autores ainda veem o conceito de RSE como um processo em consolidação (ASHLEY, 2002). Para Garcia (2002), o que ocorre, na verdade, é uma diversificação de conceitos que transpassam a mesma ideia: responsabilidade social corporativa, cidadania corporativa, cidadania empresarial, ética e responsabilidade social, entre muitos outros. E que a dificuldade de se definir corretamente o termo responsabilidade social está relacionada com como se deve entender a prática da mesma: é dever, é compromisso, é imperativo ético? Ela ainda diz que, para muitos autores, a melhor definição seria “fazer o bem”.

Esse “fazer o bem” faz com que a RSE seja um importante diferencial para a imagem que as empresas querem passar ao mercado. A empresa se torna socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso, por acreditar que assim será uma empresa melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa (GARCIA, 2002). A transmissão dessa imagem solidária da empresa cria empatia das

pessoas para com ela, aumentando o mercado consumidor e consequentemente atraindo novos investidores.

É importante entender que ações de RSE não buscam e nem objetivam sobrepor ou substituir as políticas sociais do Estado. Tão pouco cabe à empresa o papel de Organismo Não Governamental (Terceiro Setor).

Segundo Garcia (2002), o que diferencia o Terceiro Setor da RSE:

[...] é o fato de que o primeiro trata basicamente de ação social externa da empresa, tendo com beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não governamentais, associações comunitárias, etc.) e organização. O Terceiro Setor abrange ações públicas que saem do domínio estatal, e passam a ser encampadas por organizações da sociedade civil. É o surgimento da iniciativa privada com fins públicos, com o objetivo de combater grandes problemas do mundo atual, como a pobreza, violência, poluição, analfabetismo, racismo, dentre outros. São instituições com grande potencial de representatividade, podendo ser vistas como legítimas representantes dos interesses da sociedade civil.

Ainda segundo Garcia (2002):

O segundo, por sua vez, foca a cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cujas demandas e necessidades a empresa deve buscar entender e incorporar em seus negócios. Assim, a Responsabilidade Social Empresarial trata diretamente dos negócios da empresa e como ela os deve conduzir.

No Brasil, um dos principais fomentadores das ações de responsabilidade social é o Instituto Ethos. O instituto é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) fundada em 1998 e cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Ele é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de

gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2014).

Também há no país o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE, organização sem fins lucrativos e que reúne associados de origem empresarial, familiar, independente ou comunitária, os quais investem em projetos de finalidade pública. Formado em 1989, o GIFE tornou-se uma referência no Brasil sobre investimento social privado, ademais de contribuir para o desenvolvimento de organizações similares em outros países. Atualmente o GIFE reúne 130 associados que, somados, investem por volta de R\$ 2,4 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros (GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE, 2014).

Além do Instituto Ethos e do GIFE existem no Brasil diversos institutos e fundações vinculados a empresas nacionais ou multinacionais que desenvolvem trabalhos sociais individualmente ou em parceria com os já citados. Algumas dessas empresas são a American Express, BankBoston, Vale, Banco do Brasil, Itaú, Citigroup, Coca-Cola, Credicard, General Motors, McDonald, Monsanto, Nestlé, Shell, Volkswagen, Xerox, Cenibra, Grupo Votorantim, Grupo Suzano, entre outros (GIFE, 2014).

Outra ação comum às empresas é a produção periódica de relatórios de responsabilidade ou sustentabilidade social, ambiental ou socioambiental, onde elencam suas ações tomadas em relação à sociedade ou aos *stakeholders*.

3.1.2. Responsabilidade Social Empresarial e o “Risco Social”

Acselrad e Pinto (2009) enxergam as ações de RSE de outra forma. Eles as veem como um dos instrumentos empresariais utilizados para combater ou minimizar os riscos a que estão sujeitos os investimentos capitalistas.

Todo empreendimento capitalista está exposto a riscos desde sua concepção e estes são elementos inerentes às suas mecânicas de investimento. Por isso, como nenhum empreendedor tem absoluta certeza que seu empreendimento dará certo, ele buscará avaliar, minimizar ou acabar com qualquer situação que possa prejudicar o rendimento ou o valor do investimento. Normalmente, esta linguagem evoca o risco diretamente econômico, não atribuindo importância a fatores intangíveis de valoração da empresa, tais como a motivação dos trabalhadores, comunidades do entorno do empreendimento, gestão ambiental, entre outros.

Lins (2005) diz que:

O desempenho de longo prazo de uma corporação passa tanto pela boa gestão de negócios nos seus aspectos econômico-financeiros, quanto pelo mapeamento de aspectos não operacionais que afetam o resultado. Esse mapeamento pressupõe a identificação dos vetores de futura criação de valor, a detecção dos riscos e das oportunidades a eles relacionados. O desafio, portanto, é a elaboração de medidas e indicadores quantitativos que consigam capturar o valor de ativos intangíveis, mas que também sirvam como instrumentos detectores de riscos e oportunidades.

A partir dos anos 1980 e 1990 algumas correntes da administração empresarial perceberam que, além dos riscos econômicos, situações e fenômenos sociais poderiam influenciar a rentabilidade de um empreendimento. Assim, se viu a necessidade de se compensar e ou minimizar efeitos sociais indesejáveis aos investimentos. Desta forma, o setor empresarial começou a evocar a noção de “risco social”, adotando discursos e ações relativos à pretensão de administrar as “indesejabilidades” sociais (ACSELRAD e PINTO, 2009).

Segundo estes autores, as noções de “risco social” e “gestão do risco social”, juntamente com suas formas de “gerenciamento”, surgiram a partir dos anos 1990 e 2000 em estudos que teriam como objetivo fazer um balanço de experiências passadas e construir estratégias futuras para operações de diferentes setores econômicos (HOLZMANN e JORGENSEN, 2000; HOLZMANN, SHERBURNE-BENZ e TESLIUC,

2003; WORLD BANK, 2014). Este novo quadro conceitual reformularia a noção de proteção social, passando de uma definição segundo instrumentos (tais como seguridade social) a uma definição por objetivos (isto é, por seu auxílio na gestão do risco) (ACSELRAD e PINTO, 2009).

Acselrad e Pinto (2009) citam como exemplo do surgimento da perspectiva de gestão do risco social o relatório de 2000-2001 do Banco Mundial (WORLD BANK, 2014), em que se redefiniu a sua política social em termos do alívio à pobreza extrema por meio da melhor administração dos riscos, sejam eles sociais, econômicos, políticos ou ambientais. Nesse documento, a pobreza também é considerada pela incapacidade do indivíduo se expor a riscos que possam possibilitar o seu desenvolvimento econômico. A vulnerabilidade a problemas ambientais e sociais dessa camada da sociedade é vista pelo Banco Mundial como impedimento a ações de “empreendedorismo” dessas pessoas, mantendo-as na condição de pobreza. Assim, a gestão do risco social seria também promover a proteção da subsistência básica do indivíduo e torná-lo “empreendedor”, estimulando-o a adotar uma conduta que vise à capacitação, através da educação e da promoção do chamado “capital social”, possibilitando sair de uma situação de desvantagem competitiva, obtendo acesso a melhores oportunidades econômicas e culturais (WORLD BANK, 2014).

O desenvolvimento socioeconômico possibilitado à camada mais desfavorecida da população permite, na visão do estudo do Banco Mundial, a diminuição do risco de confronto entre essas pessoas e os empreendimentos ao seu redor. Mesmo em escalas econômicas e financeiras diferentes, a visão de empreendedor e desenvolvimento socioeconômico do indivíduo que antes estava na condição de pobreza, produz empatia aos grandes empreendimentos ao seu redor. Sendo que essa empatia será maior na medida em que a condição empreendedora adquirida pelo indivíduo tiver sido promovida pelos empreendimentos (empresas) do seu entorno (WORLD BANK, 2014).

Na prática, as empresas percebem que estão se defrontando com mudanças na natureza dos riscos que habitualmente enfrentavam. Kytle e Ruggie (2005), afirmam que a relação de interdependência do mundo globalizado tem um efeito duplo para as grandes organizações. Ao mesmo tempo em que possibilita conquista de novos mercados e maior visibilidade e eficiência comercial, ela as expõe a maiores riscos, tornando-as mais vulneráveis. As grandes empresas estão, atualmente, mais sujeitas a pressões de ordem ambiental, social e trabalhista. Os autores denominam essas pressões da sociedade civil como “risco social”. Sendo que, segundo eles, “o risco social” ocorre quando um *stakeholder* se mobiliza por uma determinada questão social e passa a explorar a vulnerabilidade da empresa através da sua reputação e da sua imagem corporativa, o que a leva a repensar sua relação com ele (KYTLE e RUGGIE, 2005). Os autores ainda consideram que as novas formas de mídia e comunicação, aliadas às ações promovidas pelas organizações não governamentais, aumentaram a probabilidade de um risco social ser difundido.

Kytle e Ruggie (2005), por exemplo, alertam que aquilo que antes era visto como uma importante estratégia de negócios pode, sob a ação crítica da sociedade, tornar-se uma fonte de riscos sociais. Esse é o caso da transferência de empresas ou a exploração de regiões com menor custo de mão de obra.

A busca de trabalho barato para fazer baixar os custos pode ser bom negócio com base no senso da vantagem competitiva. No entanto, a decisão de empregar trabalhadores em um país em desenvolvimento sem a adesão aos padrões trabalhistas internacionais poderia causar resultados indesejáveis, como críticas públicas à sua cadeia produtiva.

Segundo esta visão, a transferência de empresas para regiões com menor custo de mão de obra e menos reguladas legalmente, colocando trabalhadores de diferentes localidades e diferentes países em competição, aproveitando-se dos enormes ganhos de mobilidade dos capitais após a liberalização das economias, pode acarretar em conflitos sociais tanto no local de origem da empresa quanto para onde ela foi.

Diversas empresas multinacionais utilizam, como forma de baratear a produção e maximizar seus lucros, países em desenvolvimento como base para suas unidades de produção ou para contratação de fornecedores de produtos ou matéria-prima mais baratos. Neste sentido, desde a década de 1990, a *Nike* luta contra a imagem deflagrada por uma reportagem da revista *Life*, em que mão de obra infantil paquistanesa era explorada em uma fábrica de bolas de futebol. Desde então, após prejuízos relacionados à sua imagem pela exploração de trabalho infantil, a empresa vem adotando critérios mais restritivos na escolha de fornecedores, observando a salubridade dos funcionários e até quais substâncias químicas poderão ser utilizadas em seus produtos (CARVALHO, 2014).

Gioielli (2012) nos dá outro exemplo de como a relação com os *stakeholders* e as novas mídias podem favorecer ou prejudicar uma grande organização. Em 2007, a empresa de cosméticos *Dove* lançou um vídeo publicitário que ganhou diversos prêmios internacionais, no qual se valorizava a conversa familiar entre os pais e meninas mais novas sobre beleza e vaidade, em contraponto às propagandas sobre beleza que as crianças receberiam ao longo da vida. O vídeo finalizava a exibição com a seguinte frase *Talk to your daughter before the beauty industry does* (fale com a sua filha antes que a indústria da beleza o faça). Em 2008, a organização não governamental *Greenpeace* lançou uma campanha publicitária parodiando o vídeo de publicidade da *Dove*. Nesse novo vídeo, uma floresta é destruída e um cultivo de palmeiras é introduzido no local, ao mesmo tempo em que se mostra uma garota pobre, chamada *Azizah*, com a floresta destruída ao fundo. O filme finaliza com as seguintes frases: *98% of Indonesia's lowland Forest Will be gone by the time Azizah is 25'* (98% das florestas de planície da Indonésia terão desaparecido quando *Azizah* tiver 25 anos); *most is destroyed to make palm oil, which is used in Dove products* (a maior parte é destruída para fazer óleo de palma, que é utilizado nos produtos *Dove*); *talk to Dove before it's too late* (fale com a *Dove* antes que seja tarde).

O filme produzido pelo *Greenpeace* se popularizou pelas redes sociais e se propagou pela internet, mobilizando consumidores por todo o mundo a protestarem contra a empresa e pedirem solução para o problema. A resposta da empresa, frente à pressão dos *stakeholders*, foi assumir publicamente o problema e anunciar moratória contra o desmatamento na Indonésia, além de prometer comprar óleo de palma apenas de plantios conduzidos em regime de manejo sustentável (GIOIELLI, 2012).

Com os exemplos proporcionados, podemos perceber a gestão “risco social” como uma importante questão estratégica para as corporações e que se assemelha a outros riscos de mercado.

Segundo Kytte e Ruggie (2005), na gestão dos riscos sociais, os programas de RSE devem oferecer, através do contato com as comunidades envolvidas, informações sobre os riscos sociais potenciais e quais as formas mais eficazes para respondê-los. Eles defendem que programas sociais proporcionados ou auxiliados pelas empresas que propiciarem melhorias às condições sociais das comunidades, diminuem a probabilidade dos riscos sociais para as empresas.

Neste sentido, Patri (2011) introduz o termo *advocacy* para demonstrar que as organizações defendem (advogam) seus interesses, tanto pelo apelo para que os indivíduos mudem seus comportamentos, quanto para que os governos alterem as suas leis, exatamente para minimizar o “risco social”.

Desta forma, considerando a noção de “risco social”, podemos entender as ferramentas de Responsabilidade Social Empresarial como instrumentos de gestão deste risco. Que visam, por meio do mapeamento e da análise dos *stakeholders*, antecipar as dificuldades que eles podem oferecer à empresa e ao investimento. E, através dessa antecipação, quais ações de RSE podem ser realizadas de modo a minimizar ou impedir que esse risco se concretize em um problema real.

Como dito anteriormente, as discussões e ações de RSE, independentemente de estarem voltadas para a gestão do “risco social” ou para uma “humanização” das relações das empresas com os *stakeholders*, são recentes e se referem às últimas décadas. Anteriormente, era patente no *modus operandi* das empresas, e mesmo dos governos, a preocupação exclusiva com a modernização, desenvolvimento, lucro e progresso, ainda que em detrimento da qualidade ambiental ou da qualidade de vida dos grupos populacionais afetados pelos empreendimentos.

De modo geral, os projetos desenvolvimentistas de governos se sobrepunham à qualidade ambiental. Tanto é verdade, que segundo Ferreira e Ferreira (1992), se tomadas em consideração as décadas de 60 e 70 do século anterior, ainda predominava no governo brasileiro a ideia de que os recursos naturais deveriam ser utilizados para acelerar o processo de desenvolvimento econômico, tomando alguns cuidados para minimizar os problemas de poluição e preservar alguns recursos naturais. Porém, segundo Viola e Leis (1992), os ideais brasileiros de preservacionismo ambiental e combate à poluição que prevaleciam nesse período distanciavam-se das discussões de justiça social. Segundo Loureiro (2006), para o poder público os riscos sociais e ambientais eram “custos inevitáveis” diante das incomparáveis vantagens prometidas pela exploração do espaço.

Este cenário de exclusão social da temática ambiental foi gradativamente se alterando ao longo das últimas seis décadas. Isto resultou em diversas formas de se analisar, relacionar, utilizar, conservar e preservar o ambiente no Brasil, caracterizando-se como uma evolução do pensamento socioambiental do país.

3.2. Evolução do Pensamento Socioambiental no Brasil

Nas últimas três décadas do século XX, a questão ambiental alcançou o *status* de problema global e mobilizou não apenas a

sociedade, mas governos de todas as regiões do planeta. O ambientalismo assume no Brasil uma crescente influência na formulação e implantação de políticas públicas e privadas e na promoção de estratégias para um novo estilo sustentável de desenvolvimento.

A progressiva “ambientalização” da sociedade e do Estado brasileiro ocorreu em três estágios. Inicialmente, nos anos 70, a partir da infiltração do ideal ambientalista no Brasil, como reflexo da pressão internacional sobre as agências estatais e a umas poucas associações de cunho ecológico. No segundo momento, temos a progressiva institucionalização do ambientalismo, o incremento do número de setores ou atores “ambientalizados” e a constituição do “socioambientalismo”. O terceiro momento seria de consolidação, significando a convergência dos atores em torno de ideais de sustentabilidade (ALONSO e COSTA, 2002).

As primeiras iniciativas ambientalistas brasileiras ocorrem nas ações de grupos preservacionistas da década de 50 do século anterior. Já na segunda metade da década de 70 do século citado, surgem diversos grupos ambientalistas impulsionados pelo processo de liberalização política e estímulos advindos da Conferência de Estocolmo (Suécia), que ocorreu em 1972. Nesse período, cresceram as acusações de alguns países desenvolvidos em relação à postura de países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, a respeito dos problemas ambientais (JACOBI, 2003). Parte dessas críticas é sobre os projetos desenvolvimentistas do governo militar brasileiro que se sobreponham aos interesses ambientais.

Ainda nos anos 70, é criada pelo governo federal a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com a função de traçar estratégias para a conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais. Também nesta época alguns estados começam a criar as primeiras agências ambientais (JACOBI, 2003). Estas iniciativas foram uma tentativa do governo brasileiro de atenuar sua imagem negativa no cenário internacional. Entretanto, ainda predominava no governo o pensamento de que os recursos naturais deveriam ser utilizados para

acelerar o processo de desenvolvimento econômico, tomando alguns cuidados para minimizar os problemas de poluição e preservar alguns recursos naturais (JACOBI, 2003).

Para Jacobi (2003), durante a fundação do ambientalismo brasileiro, os ideais de preservacionismo ambiental e o combate à poluição prevaleceram, distanciando-se das discussões de justiça social. Assim, excluía-se o homem da temática ambiental, colocando-o apenas como possuidor e não como pertencente ao ambiente.

Isso só começa a mudar a partir de meados dos anos 1980, com o desenvolvimento do socioambientalismo. Nesse período, duas vertentes ganham corpo dentro do movimento ambiental brasileiro: primeira, a de constatação dos limites do aparato jurídico institucional disponível; segunda, a de percepção de que o discurso ambiental não se popularizou na sociedade brasileira. Nesse sentido, a década de 1980 é caracterizada por iniciativas para aprimorar os instrumentos legais de gestão ambiental, a entrada de ambientalistas na política institucional e pela busca das ONGs ambientalistas em se profissionalizar e de se aproximar das ONGs sociais (JACOBI, 2003).

As transformações que ocorreram, durante a década de 80 do século anterior, no tecido social dos movimentos socioambientais se refletem em vitórias concretas das lutas do movimento ecológico em processos decisórios das políticas públicas. A maior receptividade da temática ambiental na esfera política possibilitou a inserção do ideal ambiental na Constituição de 1988, que logrou transformar a legislação ambiental brasileira em uma das mais ambientalmente modernas do mundo (JACOBI, 2003).

No final dos anos 80 e início dos 90, o movimento ambientalista se expande e penetra em outras áreas e dinâmicas organizacionais, o que estimula o engajamento de grupos socioambientais, científicos, movimentos sociais e empresariais. O maior interesse da opinião pública em relação à temática ambiental representa um importante incentivo para

a multiplicação das organizações ambientalistas, tal como Jacobi (2003) argumenta a seguir:

Ocorre uma crescente inovação na cultura ambientalista brasileira. As entidades transcendem a prática da denúncia e têm como objetivo central a formulação de alternativas viáveis de conservação e/ou de restauração de ambientes danificados. O socioambientalismo se torna cada vez mais parte constitutiva de organizações não governamentais e movimentos sociais.

Essas novas ideias e atitudes do ambientalismo brasileiro se fortaleceram durante a preparação e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio-92), no Rio de Janeiro, em 1992, inserindo cada vez mais o movimento ambiental nacional numa rede internacional, ao mesmo tempo em que possibilitou a maior interação das entidades ambientalistas (JACOBI, 2003). A realização da Rio-92 causou forte impacto não apenas no movimento ambientalista, mas, também, na produção intelectual brasileira. Após a conferência, houve uma explosão de publicações sobre a problemática ambiental (ALONSO e COSTA, 2002).

A Rio 92 obriga os atores a se situarem num espaço multissetorial levando sua reflexão e prática em direção ao desenvolvimento sustentável. Muda o conteúdo, diminuindo significativamente o discurso que falava em proteção ambiental de forma isolada e que é substituído por um que advoga a necessidade de pensar as relações entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, como eixos de convergência da relação entre sociedade e Estado. (JACOBI, 2003).

Esse discurso evolui no conceito de desenvolvimento sustentável que, desde a década de 1990 até os dias de hoje, permeia os discursos de entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, sendo que o mercado internalizou o ideal e o colocou dentro da perspectiva capitalista de produção. Uma das formas de internalização são as certificações ambientais e de sustentabilidade que objetivam a consolidação de mercados e consumidores com viés e preocupação ambiental.

Durante o processo de formação do discurso ambiental brasileiro, uma das críticas produzidas foi a de que os mecanismos de sua

negociação eram incapazes de garantir as duas condições mínimas necessárias ao tratamento “adequado” da questão: 1) uma abordagem “sistêmica” dos problemas ambientais, que supere a natureza pontual e corretiva das políticas públicas tradicionais; 2) um estilo de resolução consensual dos conflitos ambientais, capaz de produzir resultados consistentes com o caráter complexo e integrado dos problemas ambientais (ALONSO e COSTA, 2002).

No ponto de vista de Alonso e Costa (2002), a criação de câmaras de negociação e de modalidades participativas de tomada de decisão nas questões ambientais não pode pressupor o consenso quanto ao objeto em deliberação.

Dentro da discussão sobre conflito e consenso, fala-se da “conscientização pública” quanto a questões ambientais e do crescimento de preocupações ambientais na sociedade; o que mostra uma convergência quanto à necessidade de se refletir sobre a relação entre desenvolvimento econômico e a proteção ambiental. E, nesse sentido, o consenso é enfatizado e se “diminui” a importância do conflito. O “ideal ambiental”, por ser universal, seria do interesse de todos, dando margem a posições consensuais em diagnósticos de problemas ambientais (VIÉGAS, 2009).

Contudo, também existe uma discussão totalmente diferente, onde o conflito não é negligenciado. Na verdade, ele é visto como estruturante das relações estabelecidas no âmbito de processos sociais voltados para a dimensão ambiental (VIÉGAS, 2009).

No Brasil estas vertentes vêm tomando impulso, sobretudo a partir da década de 1990, movidas por iniciativas de entidades e pesquisadores preocupados com o tema e que estão circunscritos a umas poucas instituições não governamentais, além de alguns centros de pesquisas (aí incluídas as universidades) e representantes de movimentos sociais interessados na compreensão das lutas sociais que vêm se dando em torno da questão. (VIÉGAS, 2009).

Viégas (2009) argumenta ainda que, pressupondo que o mundo humano é simbolicamente construído, podemos dizer que existem

diferentes concepções de natureza e meio ambiente. Nesse sentido, as relações do homem com a natureza são socialmente condicionadas, tornando-se a natureza, uma ‘natureza humanizada’, sua concepção e estrutura estando sujeitas a variações, de acordo com a maneira pela qual é apropriada simbolicamente (VIÉGAS, 2009).

Ou seja, o “meio ambiente” pode ser lido como um campo de disputa estabelecido fundamentalmente no plano simbólico e o “conflito ambiental” como luta também de significações, como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios. (VIÉGAS, 2009).

Little (2006), ao analisar os atores em um conflito diz que:

Um ator social pode funcionar nos níveis de articulação local, regional, nacional ou global. Em geral, cada ator social tem um nível específico que serve como seu principal nível de funcionamento e eficácia política. Uma empresa transnacional, por exemplo, pode ser muito eficaz no plano global, mas não conseguir implantar suas metas produtivas no plano local. Uma comunidade indígena, para tomar outro exemplo, pode ter uma presença política significativa numa federação étnica regional, mas não ter muita expressividade no plano nacional.

Este autor ainda afirma que, a articulação dos atores com outros grupos, quando utilizada estrategicamente, pode ser uma importante fonte de poder.

É nesse cenário de conflito entre as partes – interesses da empresa versus interesses de um ou mais *stakeholders* – que as ações de RSE se desenvolvem. A partir do momento em que essas disputas fogem ao âmbito legal e passam a ser pautadas na visão cultural e na concepção diferente do que representa o meio ambiente para distintos grupos econômicos, sociais, culturais e populacionais, a empresa se vê na necessidade de agir com medidas que solucionem essas questões e retomem a “paz” ou traga consenso entre ela e esses atores sociais.

As medidas mais efetivas de RSE são aquelas que se antecipam a esses conflitos, ao invés de solucioná-los de imediato. Em outras palavras, são eficazes as medidas que identificam, quantificam e atuam sobre as necessidades de cada *stakeholder* que possa interferir na

produtividade ou imagem corporativa da empresa. Enfim, estabelece o contato direto entre a empresa e as comunidades envolvidas, ponderando as necessidades de ambos.

Dessa relação emerge o que chamamos “conscientização pública” quanto às questões e demandas sociais, ambientais e econômicas entre os *stakeholders* e a empresa. Isto garante a diminuição do “risco social” associado aos interesses da empresa, ao mesmo tempo em que oferece aos *stakeholders* a visão e sensação de parceria, segurança, oportunidade e desenvolvimento a partir das ações de RSE promovidas pela empresa.

3.3. Setor Florestal Brasileiro e a RSE

Dentro dos setores econômicos do Brasil, um dos que mais tem investido em programas de responsabilidade social, como também em programas de responsabilidade ambiental, é o segmento à base de florestas plantadas. Ele caracteriza-se pela diversidade, compreendendo a produção, a colheita e o transporte de madeira, geração de produtos industrializados como papel e celulose, painéis de madeira industrializada, madeira processada mecanicamente, siderurgia a carvão vegetal e biomassa, entre outros.

A Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ (2015) calcula que nos âmbitos social e ambiental, as atividades da cadeia produtiva dos seus associados contribuam para a geração de cinco milhões de empregos e investimento de R\$ 150,5 milhões em programas de inclusão social, educação e meio ambiente, beneficiando 1,4 milhões de pessoas em aproximadamente 1400 municípios localizados nas regiões de influência das empresas. Considerando que o Brasil possui 5.570 municípios (BRASIL, 2013), são aproximadamente 25% deles.

Conforme IBÁ (2015), seus associados possuem no país cerca de 7,2 milhões de hectares com plantios florestais, principalmente de espécies dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*. O valor bruto da produção

obtido por eles, em 2013, totalizou R\$ 56 bilhões, 5,5% do PIB industrial. Suas exportações representam 3% do volume nacional, US\$ 7,3 bilhões. Só em investimento em novos empreendimentos, como duplicar a base florestal e criar novas unidades industriais, se espera entre 2012 e 2020 valores da ordem de R\$ 53 bilhões (IBÁ, 2015).

No que tange a história do cultivo florestal no país, Antonangelo e Bacha (1998) dizem que a expansão da silvicultura no Brasil ocorreu em três fases:

- Primeira fase: De 1500 a 1965; compreende o intervalo entre a colonização e o início dos incentivos fiscais ao florestamento/reflorestamento.
- Segunda fase: De 1966 a 1988; abrange o período de vigência dos incentivos fiscais.
- Terceira fase: De 1989 aos dias de hoje; é o momento seguinte ao fim dos incentivos.

Segundo os autores, em 1964 (plantios anteriores aos incentivos) existiam 500 mil hectares de áreas de cultivo de essências florestais, alcançando 5,9 milhões em 1984 (plantios que receberam incentivos) (ANTONANGELO e BACHA, 1998).

Foelkel (2005) analisa a evolução das florestas plantadas no Brasil de outra forma, ou seja, concentra-se nas transformações de ordem de produção e planejamento que surgiram após os incentivos ao setor florestal, sintetizando-a em quatro períodos:

- Década de 1970: Formação da base florestal em larga escala; foco no plantio; a unidade de planejamento são os mapas e fazendas; e a estrutura de gestão prioriza o operacional.
- Década de 1980: Início da colheita e dos projetos industriais; foco no corte, reforma dos plantios, custos e produtividade; as unidades de planejamento são as fazendas e talhões; e a estrutura de gestão prioriza o operacional, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e planejamento a curto, médio e longo prazos.

– Década de 1990: Expansão das unidades de negócio florestal e do uso múltiplo da madeira; mecanização da colheita; popularização do uso de clones; as unidades de planejamento passam a ser as microbacias hidrográficas; a gestão foca no abastecimento, custos, produtividade e qualidade; e a estrutura de gestão mantém a pesquisa e desenvolvimento e planejamento de curto, médio e longo prazos, mas passa a adotar o operacional próprio e terceirizado.

– Momento atual: A unidade de planejamento é a empresa florestal; investe-se em biotecnologia, biodiversidade e recursos hídricos; avalia-se a possibilidade de escassez de madeira, expansão do cultivo e necessidades dos novos consumidores; e a empresa passa a focar em agregar valores à atividade, competitividade e sustentabilidade econômica e socioambiental.

Na sequência cronológica proposta por Foelkel (2005), pode-se perceber que, nas últimas décadas, houve uma marcante mudança na gestão das empresas. Anteriormente, a atuação das empresas estava direcionada, basicamente, para a produção. Agora elas mudam as estratégias de negócio e incorporam questões como qualidade, marca, serviços ao consumidor, inovação em produtos e sustentabilidade socioambiental. Ou seja, mostram-se preocupadas com a forma como o mercado e os *stakeholders* veem a empresa, sua produção e seus produtos. Já a análise feita por Antonangelo e Bacha (1998), evidencia a mudança da relação do governo com o setor, retirando as subvenções aos plantios.

Quando avaliamos o desenvolvimento e a competitividade do setor florestal brasileiro, um bom exemplo são as indústrias de papel e celulose. Elas possuem alto nível tecnológico e base florestal com um dos melhores índices de produtividade do mundo (FOELKEL, 2005).

No entanto, por serem grandes detentoras de terras e envolverem direta e indiretamente milhares de pessoas em seu processo produtivo, as empresas do segmento florestal possuem diversos *stakeholders*.

Portanto, a gestão do componente social, interno e externo às empresas, é fundamental para o sucesso delas.

É preciso lembrar que os investimentos em responsabilidade social surgem para as empresas como forma de atenderem as demandas dos *stakeholders*, assumindo a responsabilidade de suas ações frente a eles, como também, possibilitar aos mesmos, novas oportunidades de desenvolvimento social, ambiental e econômico. Teixeira (2004), afirma que é importante destacar que responsabilidade social significa compromisso social e não simplesmente filantropia. Logo, as ações de responsabilidade devem mostrar que as corporações não olham o mundo apenas como fornecedor de matéria-prima e consumidor de seus produtos, mas também se preocupa com a legitimidade social de sua atuação. Esses programas, de acordo com Teixeira (2004), estão associados:

[...] ao estabelecimento de um comportamento ético, transparente e socialmente responsável com cada parte interessada e impactada pelo negócio a fim de contribuir para a melhoria das condições e qualidade de vida da sociedade e do meio ambiente e, conseqüentemente, promover a sustentabilidade dos negócios.

Um exemplo de empresa florestal que promove programas de responsabilidade ambiental e que também mantém um instituto voltado para ações de responsabilidade social é a CENIBRA.

Fundada em 1973, a empresa emite periodicamente: relatórios de sustentabilidade; resultados do Programa de Monitoramento dos Efeitos das Atividades Florestais da CENIBRA sobre Recursos Hídricos Superficiais; e demonstrações contábeis anuais da companhia feita por auditores independentes. O instituto foi fundado em 2002 e atua nos municípios da área de influência da empresa; promove ações que visam levar mudanças ao bem-estar coletivo (CENIBRA, 2014).

Apesar de as empresas do segmento florestal terem avançado em tecnologia, o que permitiu que, “dos portões para dentro”, o desenvolvimento produzisse cada vez mais lucro aos investidores, deve-

se reconhecer que, “dos portões para fora”, principalmente em se tratando das comunidades direta ou indiretamente envolvidas, esse desenvolvimento nem sempre significou melhorias na relação desses *stakeholders* com as empresas. Na verdade, em muitos casos, essas pessoas passaram a ser sentir intimidadas por esses grandes atores econômicos. Com isto, ao imaginarem o risco de perderem o seu espaço e sua identidade cultural, rumaram para a política de enfrentamento.

É essa realidade de enfrentamento, os custos produzidos por ela e a mudança na forma de pensar do mercado consumidor que balizaram o processo de adoção da visão de Responsabilidade Social Empresarial por grandes empresas. Isso se deu no momento em que elas perceberam que, apesar do grande potencial produtivo e da geração de lucro advinda das inovações tecnológicas que introduziram, suas rendas e valores de mercado eram alavancadas ou prejudicadas pela forma como os diferentes atores sociais enxergavam a empresa em relação a questões éticas, sociais e ambientais.

3.4. Celulose Nipo-Brasileira S/A – CENIBRA

Fundada em 13 de setembro de 1973, a CENIBRA está localizada no leste de Minas Gerais. A empresa é o resultado do investimento da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, e da Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd. (JBP). Em 2001, a JBP adquiriu a participação da CVRD, assumindo o controle acionário da empresa (CENIBRA, 2014).

A CENIBRA possui um total de 254 mil hectares, sendo 51% de plantio de eucalipto e 41% cobertos com vegetação nativa, compreendendo áreas de preservação permanente, reserva legal e de flora nativa remanescente. O restante, 8% do total, é destinado principalmente para infraestruturas. A empresa atua em 54 municípios, onde também desenvolve diversos projetos socioambientais, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região (CENIBRA, 2014).

Para as áreas de cultivo, a empresa utiliza uma ferramenta de planejamento denominada PTEAS (Planejamento Técnico, Econômico, Ambiental, Social e de Saúde e Segurança), que tem como premissa a inserção do projeto florestal no contexto da paisagem local, ao nível de bacia hidrográfica.

Planejamento Técnico, Econômico, Ambiental, Social, Segurança e Saúde Ocupacional (PTEAS): Planejamento feito de forma multidisciplinar, com o intuito de minimizar os impactos gerados pelas atividades florestais tanto nas comunidades quanto no meio ambiente. Para todo o processo de relacionamento estruturado com as comunidades vizinhas existem procedimentos oficiais inseridos no Sistema de Gestão da CENIBRA. (CENIBRA, 2013).

Segundo o site da empresa (CENIBRA, 2013), antes da realização das atividades florestais, na formulação do PTEAS, uma equipe multidisciplinar composta por representantes das áreas de Silvicultura, Colheita, Infraestrutura e Transporte, Segurança, Meio Ambiente, Comunicação Corporativa e Relações Institucionais realiza uma visita ao local das operações para levantar os possíveis impactos relacionados a cada área e propor recomendações. Essas impressões norteiam as atividades de forma a minimizar os impactos ambientais negativos. Na possibilidade de impactos negativos sobre as comunidades, são realizadas reuniões entre elas e os representantes da CENIBRA, abrindo espaço para sugestões, questionamentos e propostas de ações mitigadoras. Assim, as atividades da empresa são realizadas respeitando as sugestões e acordos firmados nessas reuniões com as comunidades (CENIBRA, 2013).

Outros canais de comunicação e de relacionamento estruturados com as comunidades vizinhas às atividades da empresa são:

- Procedimento de Comunicação com Partes Interessadas.
- Procedimento de Comunicação com as Comunidades.
- Procedimento de Assessoria de Imprensa.

Toda a população da comunidade pode participar desses canais de comunicação com a empresa. Ela é informada do evento por convites

abertos ao público e entregues previamente às lideranças comunitárias. A empresa ainda diz que:

O modelo de relacionamento é aplicado em 100% das operações florestais, nas etapas de Silvicultura, Infraestrutura, Colheita e Transporte. São coletadas informações sobre as operações e seus impactos e outras necessidades e dúvidas das comunidades. Essas informações são utilizadas no processo de melhoria contínua das atividades florestais e do relacionamento com as comunidades. (CENIBRA, 2013).

Observa-se que a relação da CENIBRA com os *stakeholders* segue o proposto por Freeman e McVea (2001) e Bush e Ribeiro (2009), ou seja, identificá-los e incluir os seus interesses nas decisões estratégicas da empresa. Nesse sentido, além do uso dos canais de comunicação e dos PTEAS nas comunidades afetadas pelos projetos florestais, tem-se também outras formas de relacionamento com os demais *stakeholders* (CENIBRA, 2012):

- O relacionamento com os acionistas se caracteriza pelo modelo de governança corporativa. Eles recebem informações gerenciais mensalmente e as demonstrações contábeis do ano anterior, assim como sobre outros assuntos relevantes, ao participarem da Assembleia Geral Ordinária e das Assembleias Gerais Extraordinárias.

- O relacionamento com o poder público se dá nas esferas federal, estadual e, principalmente, municipal, onde a CENIBRA atua realizando parcerias com prefeituras. Algumas dessas ações são: Câmara Setorial de Silvicultura, Plano de Desenvolvimento Industrial (PDI), Frente Parlamentar de Silvicultura, Projeto 181 - Disque Denúncia Unificado, entre outras.

- O relacionamento com as organizações não governamentais, instituições sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, fundações e associações se dá na forma de parceria. Priorizam-se as entidades que têm como missão e objetivo promover ações de apoio à cidadania, ao bem-estar coletivo, ao desenvolvimento social, ao crescimento econômico, cultural e da qualidade de vida das comunidades inseridas na área de atuação da CENIBRA.

- Política de relacionamento e diretrizes entre a empresa e fornecedores que, dentre outros aspectos, visam assegurar que os materiais, insumos e serviços adquiridos tenham conformidade com requisitos relacionados à qualidade, gestão financeira, comportamento sustentável, direitos humanos, saúde e segurança do trabalho e competitividade comercial.

- Ocorrem também programas de relacionamento com os clientes, por meio do Comitê de Assistência Técnica ao Cliente, da Área de Assistência Técnica e dos Escritórios de Vendas.

- Os programas de gestão de pessoas focam no desenvolvimento das habilidades gerenciais, no aprimoramento das práticas de gestão de pessoas, na melhoria do fluxo de informações para os empregados e na capacitação por meio de cursos, assegurando, assim, mão de obra qualificada e especializada.

Outras formas de comunicação utilizadas pela empresa com seu público de interesse são (CENIBRA, 2014):

- O jornal mural “CENIBRA Acontece”, que tem frequência semanal e é destinado aos funcionários. Repassa informações corporativas em murais localizados nas áreas de maior circulação da Fábrica e das Regionais Florestais.

- O jornal impresso mensal “FIBRA” é destinado a empregados, imprensa, prestadores de serviços, acionistas, fornecedores, instituições de ensino, poder público e comunidades. Ele trata das principais atividades da empresa nos processos industrial e florestal.

- As publicações na internet, via site da empresa (www.cenibra.com.br), criam um canal de comunicação eletrônico com o público externo. Também pela internet são enviados emails corporativos com informações específicas, além da apresentação do perfil da empresa em redes sociais.

- O newsletter quinzenal “CENIBRA News”, que é enviado para público cadastrado no site da CENIBRA, com resumos das principais ações da empresa e do seu Instituto.
- Vídeos corporativos, de treinamento, de procedimentos de segurança industrial e florestal, teste de equipamentos e ações específicas das áreas da empresa.
- O canal telefônico “Fale com a CENIBRA”, com um número 0800 de comunicação com a comunidade.
- O jornal impresso “CENIBRA e Comunidade”, lançado trimestralmente, se direciona a empregados, imprensa, instituições de ensino, prefeituras, câmaras de vereadores e comunidades da área de atuação. O periódico divulga informações a respeito das relações institucionais da empresa com as comunidades e os projetos do Instituto CENIBRA.
- O “CENIBRA World”, informativo em inglês, com periodicidade semestral, se destina a clientes e acionistas e traz as principais ações da empresa e do Instituto CENIBRA.
- A Recepção de Visitantes, que viabiliza visitas às dependências da empresa, a fim de conhecerem as atividades industrial, florestal, administrativa e socioambiental.

Mesmo possuindo todos estes canais de relacionamento com os *stakeholders*, a empresa também criou o Instituto CENIBRA. O instituto promove ações direcionadas às comunidades do entorno dos empreendimentos da empresa e tem por missão promover medidas de apoio à cidadania, ao bem-estar coletivo, ao desenvolvimento social, ao crescimento econômico e à melhoria da qualidade de vida de pessoas inseridas nas áreas de atuação e de abrangência da CENIBRA, bem como junto a empresas controladas e coligadas (INSTITUTO CENIBRA, 2014).

3.4.1. Instituto CENIBRA

O termo instituto ou instituição remete a uma organização permanente e criada com propósitos definidos. Como se sabe, estes propósitos podem ter fins científicos, culturais, sociais, ambientais, entre outros. Neste sentido, o Instituto CENIBRA possui nitidamente propósitos socioambientais.

Fundado em 2002 pela CENIBRA, o instituto advoga que toda empresa deve ter maior atuação no âmbito social, sendo responsável por mudanças que levem ao bem-estar coletivo. São desenvolvidas ações em 54 municípios que pertencem ao entorno das áreas de produção e plantio da CENIBRA. Além do componente geográfico, a abrangência e local de promoção das ações levam em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) das regiões, o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), a vocação econômica e a identidade cultural das comunidades (INSTITUTO CENIBRA, 2014).

Em 2008, o instituto conquistou o Título de Utilidade Pública Federal, que, dentre outras vantagens, possibilita receber doações da União e de suas autarquias, imunidade fiscal e isenção da contribuição do empregador para o custeio do sistema previdenciário (INSTITUTO CENIBRA, 2014).

Em 2013, ano em que a CENIBRA completou 40 anos e o Instituto 11 anos, foi implantado o site institucional. O site se estabeleceu como mais um instrumento para divulgar ações e promover o diálogo constante entre as comunidades e a empresa. O site disponibiliza informações sobre as principais ações desenvolvidas pelo Instituto e orienta sobre como enviar propostas de projetos contemplados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura e Lei Federal de Incentivo ao Esporte (SANTI, 2013).

O Instituto CENIBRA (2014) sustenta que a sua missão e ações são pautadas em três princípios:

- Promover ações que tenham como objetivo o desenvolvimento social e econômico, por meio de programas de geração de trabalho e renda, de educação e de proteção ao meio ambiente.
- Apoiar iniciativas autênticas e legítimas das comunidades inseridas na base territorial de atuação.
- Priorizar iniciativas de organizações não governamentais, devidamente registradas e de representação legítima.

As estratégias de ação do instituto são (INSTITUTO CENIBRA, 2014):

- Realizar ações e firmar parcerias que contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades de atuação.
- Identificar e estimular potenciais de desenvolvimento regional.
- Promover o diálogo constante, bem como manter canais de comunicação permanente com as comunidades.
- Interagir com organizações governamentais e não governamentais.
- Estimular a participação voluntária dos empregados e prestadores de serviços em ações socioambientais.

As ações promovidas pelo instituto são organizadas de duas maneiras, conforme a forma de atuação, objetivo, espacialidade e temporalidade. A primeira estabelece três grupos: Bem-Estar Social, Cultura e Esporte; Trabalho e Renda; e Social. A segunda categoriza os projetos como fixos ou itinerantes.

Ao todo são promovidos 35 projetos e ações, sendo que alguns destes possuem mais de uma frente de atuação, tal como o projeto Investimento Único que se desdobra em cinco ações: Produção de Alimentos; Conservas; Doces e Compotas; Arte e Feira na Praça; e Fábrica de Blocos.

3.4.2. Índices de Desenvolvimento Econômico e Social Observados pelo Instituto CENIBRA

Além dos aspectos locais e regionais, tais como vocações econômicas e características culturais das comunidades e populações, o Instituto CENIBRA considera na tomada de decisões de seus projetos de RSE índices que visam avaliar o desenvolvimento econômico e social dos municípios alvos de suas ações. Os índices utilizados pelo instituto são o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS).

Criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2015).

O IDHM é um ajuste metodológico ao IDH aplicado na escala municipal e foi publicado no Brasil em 1998. O índice compreende informações socioeconômicas sobre todos os municípios e unidades federativas (PNUD, 2015).

O IDHM, tal como o IDH, é composto de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Contudo, a versão brasileira do índice adequa a metodologia original ao nosso contexto e à disponibilidade de indicadores nacionais. Na prática, embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (PNUD, 2015).

O cálculo do índice agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. A Longevidade é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Educação é medida pela composição de indicadores de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem, tal como o percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, o percentual de crianças entre cinco e seis anos frequentando a escola e o percentual de jovens entre 11 e 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental (6º a 9º ano). Já a Renda é medida pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município (PNUD, 2015).

Criado pela Fundação João Pinheiro, o IMRS é uma composição de diversos indicadores de diferentes áreas: Assistência Social, Cultura, Educação, Emprego, Esporte, Finanças Municipais, Habitação, Meio Ambiente, Renda, Responsabilidade Social, Saúde, Segurança Pública e Turismo. Com periodicidade bianual, o objetivo do índice é fornecer ao governo estadual e aos municípios mineiros subsídios para o planejamento das políticas públicas e a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos. O índice disponibiliza mais de 500 indicadores nas diferentes áreas estudadas para todos os 853 municípios de Minas Gerais. O índice utiliza registros administrativos de órgãos públicos para montar a base de dados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP, 2010).

Segundo a FJP (2010), os registros administrativos apresentam a vantagem de ter periodicidade curta e possibilitar a construção de séries anuais. Contudo, esta fonte também afirma que mesmo com os avanços já ocorridos nos sistemas de geração destas informações, elas ainda apresentam muitas deficiências. Além disso, afirma também que, outro propósito deste trabalho é exatamente explicitar essas deficiências e, ao

mesmo tempo, tentar promover a maior confiabilidade e abrangência desses registros.

A observação e análise sobre as deficiências dessas informações levam a alterações periódicas da metodologia do IMRS, de modo a buscar maior confiabilidade dos resultados. Nesse sentido, em função das modificações ocorridas na construção do IMRS, os índices de 2010 e 2008 não podem ser comparados entre si e nem com os demais. Apenas os índices de 2000 a 2006 e os indicadores para a elaboração dos índices podem ser comparáveis.

Segundo a FJP (2010), as dimensões e seus respectivos indicadores analisados pelo IMRS são:

- Dimensão da Saúde: Taxa bruta de mortalidade padronizada; cobertura vacinal de menores de um ano; acesso à assistência ao parto; proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram sete consultas ou mais de pré-natal; proporção de óbitos por causas mal definidas; e cobertura populacional do Programa de Saúde da Família.

- Dimensão da Educação: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; taxa de frequência ao ensino fundamental; taxa de frequência ao ensino médio; Índice de Qualidade Geral da Educação; gasto *per capita* em educação; e esforço orçamentário em educação.

- Dimensão da Segurança Pública: Crimes violentos contra a pessoa (utiliza o boletim de ocorrências por municípios, fornecido pela Polícia Militar); habitantes por policial civil ou militar; gasto *per capita* em segurança pública; e esforço orçamentário em segurança pública.

- Dimensão da Assistência Social: Adequação do número do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em relação ao previsto; Índice Municipal de Desenvolvimento dos CRAS; cobertura do Programa Bolsa Família; Índice de Institucionalização da Assistência Social; Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família; Índice de atendimento à condicionalidade educação do Programa Bolsa Família; Índice de acompanhamento da Agenda Saúde do Programa

Bolsa Família; sistema de garantia de direitos; gasto *per capita* com atividades sociais e cidadania 21; e esforço orçamentário em assistência social e cidadania.

– Dimensão do Meio Ambiente e Habitação: Percentual da população com acesso ao abastecimento de água e com banheiro; percentual de população atendida com esgoto tratado; percentual da população atendida com lixo tratado; proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; percentual de áreas de proteção integral; percentual de áreas de uso sustentável; gasto *per capita* com meio ambiente, saneamento e habitação; esforço orçamentário com meio ambiente, saneamento e habitação; e percentual de cobertura vegetal por flora nativa ou reflorestamento.

– Dimensão da Cultura: Existência de biblioteca; pluralidade de equipamentos culturais, exceto biblioteca; existência de banda de música; gestão e preservação do patrimônio cultural; e esforço orçamentário em cultura.

– Dimensão do Esporte, Turismo e Lazer: Existência de pelo menos um equipamento de esporte; participação em programas governamentais de esporte; Conselho de Esporte ou Turismo em atividade; gasto *per capita* com esporte, turismo e lazer; e esforço orçamentário com esporte, turismo e lazer.

– Dimensão da Renda e Emprego: Renda *per capita* estimada pelo consumo de energia elétrica; rendimento médio do setor formal; taxa de emprego no setor formal; Produto Interno Bruto *per capita*; esforço de investimento; e gasto *per capita* municipal total.

– Dimensão das Finanças Municipais: Índice de Desempenho Fiscal-Tributário; receita líquida *per capita*; taxa de endividamento; percentual de gastos com pessoal; percentual de gastos com o legislativo; custeio da máquina; e esforço de investimento.

Oliveira (2013), em seu estudo “Idese e Indicadores Sociais: Origens e Evolução”, afirma que na indisponibilidade de fontes confiáveis de indicadores para algumas das dimensões, o índice IMRS foi construído com muitos indicadores. O autor relata que a Fundação João Pinheiro

argumenta que o problema de dados não confiáveis diminui quanto mais indicadores forem usados. No entanto, ele pondera que o excesso de indicadores no índice se configura como um ponto negativo.

Apesar das considerações sobre os indicadores, Oliveira (2013) afirma que pode ser considerado um aspecto positivo do índice a utilização das dimensões segurança e meio ambiente. Mas, no caso do indicador de abastecimento de água, o problema é que os dados são fornecidos pelas concessionárias de abastecimento de água e essa informação só tem como ser levantada em 60% dos municípios mineiros. Uma última observação feita pelo autor sobre o IMRS diz respeito à utilização de indicadores de gestão em todas as dimensões. Ele explicita que esse indicador mensura o montante investido pelos municípios em cada dimensão, podendo servir para avaliar, no tempo, os investimentos feitos para solucionar os problemas sociais identificados nos municípios.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo se insere numa pesquisa qualitativa, a qual se caracteriza por responder a questões particulares e trabalhar com um nível de realidade que não pode ser totalmente quantificado, ou seja, com motivos, crenças, valores, comportamentos e percepções individuais (DESLANDES, 1994). Este modelo de pesquisa é adequado a situações em que se deseja construir teorias, pois as evidências qualitativas permitem compreender mais profundamente o fenômeno, dentro do seu próprio contexto (BONOMA, 1985).

A pesquisa foi desenvolvida pelo método de Estudo de Caso que, segundo Yin (2014), é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas.

Yin (2014) afirma, ainda, que para se definir o método a ser usado, é preciso analisar as questões que são colocadas pela investigação. De modo específico, este método é adequado para responder às questões "como" e "por que", haja vista que ocorrem ao longo do tempo mais do que frequências ou incidências (BRESSAN, 2000).

Logo, em essência, este trabalho foi elaborado com base em análises de estudos e relatórios de instituições públicas e privadas, bem como em teses e artigos científicos. Desse modo, teve foco nos relatórios anuais de sustentabilidade da CENIBRA; nas informações divulgadas e fornecidas pelo site do Instituto CENIBRA; em dados sobre o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), fornecido pela Fundação João Pinheiro; e em dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Dentro do apanhado teórico conceitual sobre pesquisa, a análise proposta seguiu a vertente interpretacionista, a partir da realização de um estudo qualitativo bibliográfico, interpretando: as transformações do

pensamento ambiental brasileiro ao longo dos últimos 60 anos; os avanços das ações de Responsabilidade Social e Ambiental no país; e a história da CENIBRA com a região de influência de seus empreendimentos florestais.

O princípio interpretacionista trabalha com métodos qualitativos, em que se leva em conta que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente. O homem é diferente dos objetos, por isso o seu estudo necessita de uma metodologia que considere essas diferenças. O estudo bibliográfico é um método dentro da análise qualitativa que abrange a leitura, análise e interpretação de livros, documentos, imagens, manuscritos, etc. Todo material recolhido deve ser submetido à triagem, a partir da qual é possível estabelecer um plano de leitura. Trata-se de uma leitura atenta e sistemática, que se faz acompanhada de anotações e fichamentos que, eventualmente, poderão servir à fundamentação teórica do estudo (ANDRADE, 1997).

Assim sendo, foram produzidas interpretações e inferências embasando-se em estudos e análises sobre as medidas adotadas em programas de Responsabilidade Socioambiental pelo Instituto CENIBRA frente aos dados levantados no IMRS e IDHM.

4.1. Área de Estudo – Municípios da Área de Atuação do Instituto CENIBRA

O estudo abrange a área de atuação da CENIBRA, região na qual o instituto desenvolve as ações de RSE. Estão incluídos na área de atuação da empresa 54 municípios, contudo desenvolve-se um programa com comunidades indígenas no município de Carmésia, que não pertence à região de abrangência da CENIBRA (Figura 1). Os 54 municípios são: Açucena, Alvinópolis, Antônio Dias, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Caeté, Cantagalo, Caratinga, Catas Altas, Coluna, Coroaci, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Dolores de Guanhães,

Divinolândia de Minas, Ferros, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhanes, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Itabira, Joanésia, Mariana, Marliéria, Materlândia, Mesquita, Naque, Nova Era, Paulistas, Peçanha, Periquito, Pingo D'Água, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, Santana do Paraíso, Santo Antônio do Itambé, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João Evangelista, Sardoá, Sem-Peixe, Senhora do Porto, Virginópolis e Virgolândia (INSTITUTO CENIBRA, 2014).

Considerando o sistema de regionalização estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), temos que estes municípios se encontram distribuídos em três mesorregiões de Minas Gerais. O IBGE divide Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. De acordo com este órgão, este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Esse regionalismo também contribui para as atividades de planejamento, estudos e identificação da infraestrutura existente em regiões metropolitanas e em outras formas de aglomerações urbanas e rurais (MINAS GERAIS, 2015).

As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE para Minas Gerais são as seguintes: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata (MINAS GERAIS, 2015).

Os 54 municípios dentro da área de atuação da CENIBRA estão distribuídos nas mesorregiões do Vale do Rio Doce, Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata. Na mesorregião do Vale do Rio Doce, estão 36 dos 54 municípios, que se encontram distribuídos nas microrregiões de Guanhanes, Peçanha, Governador Valadares, Ipatinga e Caratinga. Na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, os municípios estão distribuídos nas microrregiões de Itabira, Belo Horizonte,

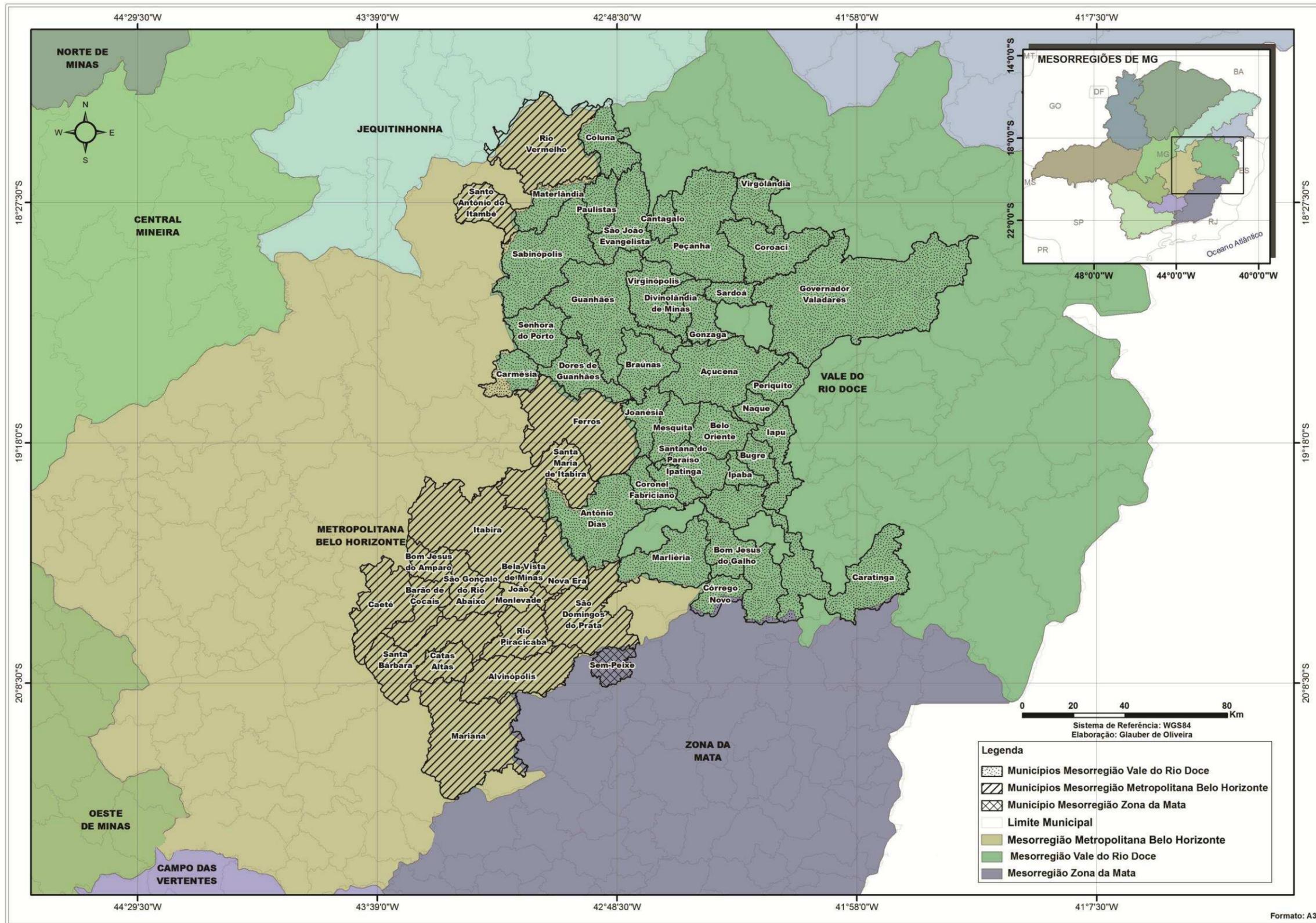


Figura 1 – Localização da área de estudo.

Ouro Preto e Conceição do Mato Dentro. Na Zona da Mata, há apenas o município de Sem-Peixe, o qual se insere na microrregião de Ponte Nova.

4.2. Procedimentos Metodológicos

4.2.1. Descrição e Análise do Quadro Socioeconômico dos Municípios Estudados - Indicadores Socioeconômicos

Considerando que, além do componente geográfico, vocação econômica e identidade cultural das comunidades, o Instituto CENIBRA utiliza os índices IMRS e IDHM para a determinação de quais municípios e áreas sociais e econômicas receberão os projetos de RSE, foi realizada consulta aos bancos de dados destes índices socioeconômicos dos 54 municípios da área de atuação da CENIBRA.

Na análise do IMRS, foi utilizado o *software* “Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013”, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro. O programa apresenta o ano de 2010 como o período com dados mais recentes sobre os municípios da área de estudo. Foi observado e analisado o índice IMRS e seus subíndices: IMRS-Assistência Social; IMRS-Cultura; IMRS-Esporte, Turismo e Lazer; IMRS-Finanças Municipais; IMRS-Saneamento, Habitação e Meio Ambiente; IMRS-Saúde; e IMRS-Segurança Pública (FJP, 2010).

A análise se realizou no sentido de identificar quais componentes socioeconômicos são indicados com pior índice e, conseqüentemente, mais sugestivos a receberem as ações de RSE.

Considerando que o IMRS varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento social, foi realizada a classificação dos índices utilizando como parâmetro o mesmo critério utilizado pelo PNUD para definir o IDHM. A classificação ocorre da seguinte forma (Tabela 1):

Tabela 1 – Classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS).

IMRS	Classificação
0 a 0,499	Muito baixo
0,500 a 0,599	Baixo
0,600 a 0,699	Médio
0,700 a 0,799	Alto
0,800 a 1	Muito alto

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro – FJP (2010).

O IDHM foi analisado a partir dos dados fornecidos no banco de dados *online* do site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foram consultados e analisados os dados referentes ao ano de 2010, que são as informações mais atuais fornecidas pelo PNUD. Foi observado e analisado o índice IDHM e seus subíndices: IDMH-Renda; IDHM-Educação; e IDHM-Longevidade (PNUD, 2015).

Tal como se procedeu para o IMRS, a análise foi feita no sentido de identificar quais componentes do índice de desenvolvimento são indicados como em pior situação e, conseqüentemente, mais sugestivos a receberem as ações de RSE.

Considerando que o IDHM varia de 0 a 1, foi utilizada a classificação proposta pelo PNUD (PNUD, 2015), onde quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento social. A classificação se dá da seguinte forma (Tabela 2):

Tabela 2 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM).

IMRS	Classificação
0 a 0,499	Muito baixo
0,500 a 0,599	Baixo
0,600 a 0,699	Médio
0,700 a 0,799	Alto
0,800 a 1	Muito alto

Fonte: Adaptado de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2015).

4.2.2. Descrição e Análise das Ações de RSE do Instituto CENIBRA

A descrição das ações promovidas pelo instituto foi elaborada por meio do levantamento dos projetos divulgados no site do Instituto CENIBRA.

Primeiramente, foi feita a classificação das ações de RSE de acordo com as áreas temáticas propostas pelo instituto (Bem-Estar Social, Cultura e Esporte; Trabalho e Renda; e Social) e pela temporalidade (projetos fixos ou itinerantes).

Posteriormente, foi realizada a espacialização das ações de acordo com a localização dos municípios em mesorregiões (Vale do Rio Doce, Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata) e as correspondentes microrregiões (Tabela 3).

Tabela 3 – Mesorregiões e respectivas microrregiões da área de atuação do Instituto CENIBRA.

Mesorregião	Microrregião
Vale do Rio Doce	Guanhães, Peçanha, Governador Valadares, Ipatinga e Caratinga
Metropolitana de Belo Horizonte	Itabira, Belo Horizonte, Ouro Preto e Conceição do Mato Dentro
Zona da Mata	Ponte Nova

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014).

Após a classificação e espacialização das ações, foi realizada a análise frente aos dados do IDHM e IMRS, observando: qual tipo de ação é a mais adotada para cada mesorregião e microrregião; se o tipo de ação que predomina em um município, microrregião ou mesorregião corresponde às carências apontadas pelos índices socioeconômicos considerados; quais municípios e regiões recebem mais projetos do instituto; e quais áreas socioeconômicas dos municípios não são contempladas pelas ações.

4.2.3. Proposição de Ações para Dinamizar e Diversificar os Projetos do Instituto CENIBRA

A proposição de ações, com vistas a dinamizar e diversificar a atuação do Instituto CENIBRA, foi feita a partir dos dados levantados nas análises sobre os índices socioeconômicos dos municípios estudados e nos projetos já existentes do instituto. As ações foram organizadas na forma de lista.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. Índices de Desenvolvimento Social Utilizados pelo Instituto CENIBRA

5.1.1. IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

O IDHM é um dos dois índices utilizados para identificar em qual situação de desenvolvimento socioeconômico está o município que pode ser alvo de projetos de RSE do Instituto CENIBRA. Este índice pode ser decomposto em três áreas ou dimensões (Longevidade, Renda e Educação) e fornecer parâmetros gerais sobre a longevidade da população municipal, seu padrão de vida e acesso ao conhecimento. Apesar de ser generalista a respeito do quadro de desenvolvimento socioeconômico da população de um município, o índice tem sua validade ao permitir vislumbrar aqueles com maior ou menor necessidade de apoio às condições sociais, além de poder indicar qual das três dimensões estudadas está em situação de maior carência.

No período compreendido entre os anos 2000 e 2010, observa-se variação positiva do IDHM dos municípios dentro da área de atuação da empresa, indicando avanços sociais e econômicos para os mesmos. A melhora do IDHM ficou entre o intervalo de 10,14% a 42,35%, apresentando média de 23,60%. O avanço do índice nos 54 municípios foi superior ao desempenho estadual e nacional, que melhoraram 17,15% e 18,79%, respectivamente (ver Anexo I).

Quanto à classificação dos municípios, e tomando em consideração os índices alcançados nos anos 2000 e 2010, verifica-se que aumentou o número daqueles com IDHM médio e alto; também deixaram de existir municípios classificados com IDHM muito baixo e reduziu a quantidade daqueles com IDHM baixo (ver Anexo I). No ano 2000, dos 54 municípios, 66,67% eram classificados com IDHM muito

baixo ou baixo e 33,33% com IDHM médio (Tabela 4). No ano 2010, 9,26% dos municípios foram classificados com IDHM baixo, 57,41% com médio e 33,33% com IDHM alto (Tabela 4). No Anexo I também se pode ver que: todos os municípios classificados com IDHM muito baixo no ano 2000 passaram a ser classificados com IDHM baixo ou médio no ano 2010; os municípios classificados com índice baixo em 2000 passaram a ser classificados como médios em 2010; e os 18 municípios classificados com IDHM médio em 2000 passaram a ter IDHM alto em 2010.

Tabela 4 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) atendidos pelo Instituto CENIBRA e respectiva percentagem, anos 2000 e 2010.

Percentagem dos Municípios	IDHM (2000)				IDHM (2010)			
	Classificação do IDHM				Classificação do IDHM			
	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto
%	33,33	33,34	33,33	0,00	0,00	9,26	57,41	33,33

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Quando se analisam os municípios por mesorregiões, pode-se observar que a melhora do índice nestas últimas seguiu o mesmo padrão do apresentado nos 54 municípios como um todo. Ou seja, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, no ano 2000, 47,06% dos municípios apresentavam índices classificados como muito baixo e baixo e 52,94% médio; no ano 2010, 11,76% eram classificados como baixo, 35,29% como médio e 52,94% dos municípios com IDHM alto (Tabela 5). Na mesorregião do Vale do Rio Doce, no ano 2000, 77,78% dos municípios eram classificados como muito baixo e baixo e 22,22% como alto; no ano 2010, 8,33% eram classificados como baixo, 69,44% como médio e 22,22% como alto (Tabela 6). A mesorregião da Zona da Mata possui apenas um município dentro da área de atuação do Instituto Cenibra; o município de Sem-Peixe deixou de ter IDHM médio no ano 2000 para ter IDHM alto em 2010.

Tabela 5 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) atendidos pelo Instituto CENIBRA e respectiva percentagem, Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, anos 2000 e 2010.

Percentagem dos Municípios	Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte							
	IDHM (2000)				IDHM (2010)			
	Classificação do IDHM				Classificação do IDHM			
	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto
%	17,65	29,41	52,94	0,00	0,00	11,76	35,29	52,94

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Tabela 6 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) atendidos pelo Instituto CENIBRA e respectiva percentagem, Mesorregião do Vale do Rio Doce, anos 2000 e 2010.

Percentagem dos Municípios	Mesorregião do Vale do Rio Doce							
	IDHM (2000)				IDHM (2010)			
	Classificação do IDHM				Classificação do IDHM			
	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto
%	41,67	36,11	22,22	0,00	0,00	8,33	69,44	22,22

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Decompondo o índice em suas três dimensões, temos que todas apresentaram melhoras dentro do intervalo de tempo. Contudo, esta melhora é mais expressiva para o IDHM-Educação.

Ao se considerar o período de 2000-2010, a melhora do IDHM-Renda ficou entre o intervalo de 2,15% a 24,51%, apresentando média de 11,34%. O avanço do índice nos 54 municípios foi superior ao desempenho estadual e nacional, que melhoraram 7,35% e 6,79%, respectivamente (ver Anexo II).

A melhora do IDHM-Longevidade variou, entre o intervalo de 2000-2010, da ordem de 1,85% a 15,23%, apresentando média de 10,22%. O avanço do índice nos 54 municípios foi superior ao desempenho estadual e nacional, que melhoraram 10,41% e 12,24%, respectivamente (ver Anexo III).

Para o IDHM-Educação a melhora do índice ficou entre o intervalo de 19,46% a 122,95%, apresentando média de 52,22%. Cabe ressaltar

que três municípios apresentaram avanços iguais ou superiores a 100% para o período: Gonzaga (106,40%), Santo Antônio do Itambé (122,95%) e Senhora do Porto (100%). O avanço do índice nos 54 municípios foi superior aos desempenhos estadual e nacional, que melhoraram 35,74% e 39,69%, respectivamente (ver Anexo IV).

Observa-se a partir dos Anexos II, III e IV que todos os municípios estudados apresentaram avanços nas três dimensões avaliadas pelo IDHM. Contudo, a mudança mais significativa foi no IDHM-Educação. Enquanto as outras dimensões tiveram avanços próximos aos observados nas escalas estadual e nacional, o índice da educação aumentou mais acentuadamente.

Se considerada a classificação dos municípios de atuação do Instituto CENIBRA, verifica-se que aumentou o número daqueles com IDHM médio e alto, quando analisadas as dimensões da renda e da longevidade. No ano 2000, dos 54 municípios, 75,93% eram classificados com IDHM-Renda muito baixo ou baixo e 24,07% com IDHM médio; para o IDHM-Longevidade, 12,96% eram classificados com índice médio e 85,19% como alto. No ano 2010, 22,22% dos municípios eram classificados com IDHM-Renda baixo, 68,521% com médio e 9,26% com alto; para o índice de longevidade 24,07% eram classificados com nível alto e 75,93% como muito alto (Tabela 7).

O IDHM-Educação teve grandes alterações durante o período. Contudo, apesar dos avanços, pode-se observar que, se comparado aos outros dois índices, muito ainda precisa ser melhorado. Na Tabela 8 pode-se ver que: no ano 2000, todos os municípios eram classificados com IDHM-Educação como muito baixo (88,89%) ou baixo (11,11%); no ano 2010, 25,93% dos municípios ainda eram classificados com índice muito baixo, 51,85% baixo, 20,37% médio e 1,85% com IDHM-Educação alto.

Em resumo, o IDHM-Longevidade é a dimensão com melhores valores, demonstrando que a população tem uma expectativa de vida muito boa. O IDHM-Renda demonstra que a renda da população

aumentou no período, contudo a maior parcela ainda se encontra classificada com índice médio ou baixo. O IDHM-Educação foi a dimensão que demonstrou maior desenvolvimento para o período. Entretanto, isso não significa que a realidade dessa dimensão está boa. Em 2000, 100% dos municípios eram classificados com índice muito baixo ou baixo e no ano 2010 apenas 22,22% deixaram essa condição. Isso significa que, dos três quesitos avaliados no IDHM, o que mais precisa de intervenção com intuito de melhorar o desenvolvimento social da região é a educação.

Tabela 7 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) e respectiva percentagem, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, segundo os itens Renda e Longevidade, anos 2000 e 2010.

Informação		Percentagem dos Municípios			
Região	Classificação do IDHM	IDHM-RENDA (2000)	IDHM-RENDA (2010)	IDHM-LONGEVIDADE (2000)	IDHM-LONGEVIDADE (2010)
Mesorregião Metropolitana De Belo Horizonte	Muito Baixo	5,88	0,00	0,00	0,00
	Baixo	41,18	11,76	0,00	0,00
	Médio	52,94	76,47	5,88	0,00
	Alto	0,00	11,76	88,24	29,41
	Muito Alto	0,00	0,00	5,88	70,59
Mesorregião do Vale do Rio Doce	Muito Baixo	5,56	0,00	0,00	0,00
	Baixo	83,33	27,78	0,00	0,00
	Médio	11,11	63,89	16,67	0,00
	Alto	0,00	8,33	83,33	22,22
	Muito Alto	0,00	0,00	0,00	77,78
Mesorregião da Zona da Mata	Muito Baixo	0,00	0,00	0,00	0,00
	Baixo	100,00	0,00	0,00	0,00
	Médio	0,00	100,00	0,00	0,00
	Alto	0,00	0,00	100,00	0,00
	Muito Alto	0,00	0,00	0,00	100,00
Municípios da Região de atuação do Instituto Cenibra	Muito Baixo	5,56	0,00	0,00	0,00
	Baixo	70,37	22,22	0,00	0,00
	Médio	24,07	68,52	12,96	0,00
	Alto	0,00	9,26	85,19	24,07
	Muito Alto	0,00	0,00	1,85	75,93

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Tabela 8 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) e respectiva percentagem, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, segundo o item Educação, anos 2000 e 2010.

Informação		Percentagem dos Municípios	
Região	Classificação do IDHM	IDHM-EDUCAÇÃO (2000)	IDHM-EDUCAÇÃO (2010)
Mesorregião Metropolitana De Belo Horizonte	Muito Baixo	76,47	17,65
	Baixo	23,53	41,18
	Médio	0,00	41,18
	Alto	0,00	0,00
	Muito Alto	0,00	0,00
Mesorregião do Vale do Rio Doce	Muito Baixo	94,44	30,56
	Baixo	5,56	55,56
	Médio	0,00	11,11
	Alto	0,00	2,78
	Muito Alto	0,00	0,00
Mesorregião da Zona da Mata	Muito Baixo	100,00	0,00
	Baixo	0,00	100,00
	Médio	0,00	0,00
	Alto	0,00	0,00
	Muito Alto	0,00	0,00
Municípios da Região de atuação do Instituto Cenibra	Muito Baixo	88,89	25,93
	Baixo	11,11	51,85
	Médio	0,00	20,37
	Alto	0,00	1,85
	Muito Alto	0,00	0,00

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Pelas Tabelas 5, 6, 7 e 8 e Anexo I, observa-se que a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte possui, em média, IDHM e, conseqüentemente, IDHM-Renda, IDHM-Longevidade e IDHM-Educação, superior às mesorregiões do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata. Assim, considerando que deveriam receber maior investimento social os municípios com os menores índices identificados, vê-se que as Mesorregiões do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata deveriam concentrar a maior parte dos projetos do instituto.

Observa-se também que, considerando a decomposição do IDHM em suas três dimensões, a área da Educação é a que carece de maior

investimento, uma vez que, 77,78% dos municípios abrangidos pelos projetos do instituto eram classificados com IDHM-Educação baixo ou muito baixo para o ano de 2010 (Tabela 8). Sendo que, para a mesorregião do Vale do Rio Doce essa porcentagem sobe para 86,12% dos municípios (Tabela 8).

5.1.2. IMRS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social

O IMRS é outro indicador de desenvolvimento socioeconômico utilizado pelo Instituto CENIBRA. Ele serve de parâmetro para a determinação de quais ações de RSE serão tomadas nos municípios assistidos. O índice é formado a partir da análise de 13 temas organizados em nove dimensões: saúde; educação; segurança pública; assistência social; saneamento; meio ambiente; habitação, cultura e esporte/turismo; lazer e renda; e emprego e finanças municipais. Contudo, o IMRS sofreu alterações na metodologia e composição dos seus índices. Com isso, só é possível fazer comparações entre a série histórica de 2000 a 2006. Com as alterações realizadas em 2008 e 2010, não é possível fazer comparações entre estes anos ou entre esses dois anos e qualquer outro da série de 2000 a 2006 (FJP, 2010).

Apesar da impossibilidade de comparações diretas entre os anos e dos problemas indicados por Oliveira (2013), o IMRS continua sendo um instrumento válido para o estudo das condições socioeconômicas municipais e norteador de quais carecem de maior intervenção, a fim de trazer melhorias para a população. Apesar de o IDHM permitir avaliar a evolução do índice ao longo dos anos, o IMRS oferece um panorama sobre mais aspectos da realidade da população municipal, uma vez que aborda diversas áreas da sociedade.

Desta forma, analisando o ano de 2010, temos que o IMRS para os municípios inseridos na área de atuação do Instituto CENIBRA variou entre 0,505 a 0,692 (Anexo V). Sendo o IMRS médio encontrado igual a 0,582 e considerando as três mesorregiões, temos que a Metropolitana de

Belo Horizonte apresenta a melhor média do IMRS (0,616), seguida pela Zona da Mata (0,591) e Vale do Rio Doce (0,567) (Anexo V). A ocorrência de um índice inferior para a Mesorregião do Vale do Rio Doce frente à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte também pode ser vista na Tabela 9. Ou seja, a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte apresentava 52,94% dos municípios com IMRS médio e 47,06% como baixo, enquanto a Mesorregião do Vale do Rio Doce tinha 22,22% dos municípios classificados como médios e 77,78% com o índice classificado como baixo (Tabela 9).

Tabela 9 – Classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e respectiva percentagem, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, ano 2010.

Mesorregião	Classificação do IMRS	IMRS (2010) Percentagem dos Municípios Classificados
Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte	Muito Baixo	0,00
	Baixo	47,06
	Médio	52,94
	Alto	0,00
	Muito Alto	0,00
Mesorregião do Vale do Rio Doce	Muito Baixo	0,00
	Baixo	77,78
	Médio	22,22
	Alto	0,00
	Muito Alto	0,00
Mesorregião da Zona da Mata	Muito Baixo	0,00
	Baixo	100,00
	Médio	0,00
	Alto	0,00
	Muito Alto	0,00
Municípios da Região de atuação do Instituto Cenibra	Muito Baixo	0,00
	Baixo	68,52
	Médio	31,48
	Alto	0,00
	Muito Alto	0,00

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro - FJP (2010) e Instituto CENIBRA (2014).

A decomposição do IMRS nas suas nove dimensões permite identificar em quais segmentos ocorre maior deficiência nos municípios estudados. Considerando os 54 municípios como um todo, as áreas com maior deficiência são: Esporte, Turismo e Lazer; Educação; e Saneamento, Habitação e Meio Ambiente. Em contrapartida, Saúde; Segurança Pública; e Assistência Social são as áreas com melhor desempenho.

Quando se observa a tal decomposição e se leva em conta as três mesorregiões, temos que (Tabelas 10 e 11):

- Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte: as dimensões com pior desempenho médio são: Esporte, Turismo e Lazer (0,352); Educação (0,469); e Saneamento, Habitação e Meio Ambiente (0,532). As dimensões com melhor desempenho são: Saúde (0,701); Segurança Pública (0,700); e Cultura (0,653).

- Mesorregião do Vale do Rio Doce: as dimensões com pior desempenho médio são: Esporte, Turismo e Lazer (0,289); Cultura (0,453); Educação (0,458); e Saneamento, Habitação e Meio Ambiente (0,456). As dimensões com melhor desempenho são: Saúde (0,702); Segurança Pública (0,644); e Assistência Social (0,602).

- Mesorregião da Zona da Mata: as dimensões com pior desempenho médio são: Esporte, Turismo e Lazer (0,520); Renda e Emprego (0,537); e Saneamento, Habitação e Meio Ambiente (0,335). As dimensões com melhor desempenho são: Saúde (0,682); Segurança Pública (0,688); e Assistência Social (0,639).

Com o IMRS e a sua decomposição pode-se inferir que, igualmente como ocorreu na análise do IDHM, a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte possui indicadores socioeconômicos melhores do que as outras duas mesorregiões. Além disso, as dimensões com maior necessidade de investimento são: Esporte, Turismo e Lazer; Educação; e Saneamento Habitação e Meio Ambiente.

Tabela 10 – Classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e respectivo valor, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, segundo os itens Assistência Social; Cultura; Educação; Esporte, Turismo e Lazer; e Finanças Públicas, ano 2010.

Local analisado/Classificação do IMRS	IMRS (2010) – Assistência Social	IMRS (2010) – Cultura	IMRS (2010) – Educação	IMRS (2010) – Esporte, Turismo e Lazer	IMRS (2010) – Finanças Municipais
Mesorregião Vale do Rio Doce	0,607	0,453	0,458	0,289	0,579
Classificação do IMRS (2010)	Médio	Muito baixo	Muito baixo	Muito baixo	Baixo
Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte	0,602	0,653	0,469	0,352	0,611
Classificação do IMRS (2010)	Médio	Muito baixo	Muito baixo	Muito baixo	Médio
Mesorregião Zona da Mata	0,639	0,600	0,577	0,520	0,617
Classificação do IMRS (2010)	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Médio
Municípios dentro da área de atuação	0,610	0,511	0,460	0,310	0,590
Classificação do IMRS (2010)	Médio	Baixo	Muito baixo	Muito baixo	Baixo

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro - FJP (2010) e Instituto CENIBRA (2014).

Tabela 11 – Classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e respectivo valor, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA, segundo os itens Saneamento, Habitação e Meio Ambiente; Renda e Emprego; Saúde; e Segurança Pública, ano 2010.

Local analisado/Classificação do IMRS	IMRS (2010) – Saneamento, Habitação e Meio Ambiente	IMRS (2010) – Renda e Emprego	IMRS (2010) – Saúde	IMRS (2010) – Segurança Pública
Mesorregião Vale do Rio Doce	0,456	0,557	0,702	0,644
Classificação do IMRS (2010)	Muito baixo	Baixo	Alto	Médio
Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte	0,532	0,639	0,701	0,700
Classificação do IMRS (2010)	Baixo	Médio	Alto	Alto
Mesorregião Zona da Mata	0,335	0,537	0,682	0,688
Classificação do IMRS (2010)	Muito baixo	Baixo	Médio	Médio
Municípios dentro da área de atuação	0,480	0,580	0,700	0,660
Classificação do IMRS (2010)	Muito baixo	Baixo	Alto	Médio

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro - FJP (2010) e Instituto CENIBRA (2014).

Considerando o que é avaliado em cada dimensão, os investimentos que podem ser feitos são:

- Dimensão da Educação: investimento na diminuição da taxa de analfabetismo da população; aumento da taxa de frequência nas escolas; ampliação do gasto *per capita* em educação; e esforço orçamentário em educação.

- Dimensão do Esporte, Turismo e Lazer: investimento em equipamentos de esporte em áreas públicas; participação em programas governamentais de esporte; aumento do investimento e do gasto *per capita* com esporte, turismo e lazer; e esforço orçamentário com esporte, turismo e lazer.

- Dimensão do Saneamento, Meio Ambiente e Habitação: ampliar percentual da população com acesso ao abastecimento de água, banheiro, esgoto tratado e lixo coletado e tratado; diminuição da proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; recuperação de áreas de proteção integral e ampliação de áreas de uso sustentável; aumento do gasto *per capita* com meio ambiente, saneamento e habitação; esforço orçamentário com meio ambiente, saneamento e habitação; e percentual de cobertura vegetal por flora nativa ou reflorestamento.

5.2. Instituto CENIBRA

O Instituto CENIBRA realiza projetos com propósitos socioambientais. Esses projetos são desenvolvidos e organizados de duas maneiras, conforme a forma de atuação, objetivo, espacialidade e temporalidade. A primeira faz a divisão em três grupos: Bem-Estar Social, Cultura e Esporte; Trabalho e Renda; e Social. A segunda faz a classificação em projetos fixos ou itinerantes (INSTITUTO CENIBRA, 2014).

Desse modo, são desenvolvidos 35 projetos e ações nos 54 municípios da área de influência da empresa e do Instituto CENIBRA.

Contudo, também são realizados projetos e ações no município de Carmésia, o qual não consta da lista daqueles atendidos pelo instituto (INSTITUTO CENIBRA, 2014).

5.2.1. Ações de RSE do Instituto CENIBRA

As ações ou projetos promovidos pelo Instituto CENIBRA (2014) são:

Bem-Estar Social, Cultura e Esporte:

– Tribos indígenas – Consiste em apoio a festividades como os Jogos Indígenas Pataxós e as Festas das Águas. Já foram contempladas a tribo Pataxó Geru Tucunã, a comunidade Pataxó Bucumuxá e a Aldeia Retirinho. As populações que receberam apoio estão nos municípios de Carmésia e Açucena.

– Cidadania pelo Esporte – Por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o projeto contempla 120 crianças e adolescentes com idades entre seis e 16 anos, oferecendo aulas de futebol como uma atividade extracurricular e de exercício físico. O município contemplado é Belo Oriente.

– Cine Praça Brasil – São desenvolvidas mostras cinematográficas e oficinas de cinema para alunos de escolas da rede pública. O município contemplado é Belo Oriente.

– Armazém da Viola (Circulação) – O projeto promove apresentações artísticas que resgatam e valorizam a cultura regional do homem do campo. Músicas, “causos” e contos marcam a passagem do Armazém da Viola pelas áreas atendidas. São contemplados todos os municípios da área de atuação do Instituto.

– Interferências Cênicas – O projeto promove montagens e apresentações de espetáculos, a partir de aulas de danças, expressão corporal, incentivo à leitura e interpretação literária e iniciação teatral. Nos últimos anos, o projeto realizou diversas oficinas, cursos e atividades

como iniciação teatral, interpretação para novos atores, preparação vocal, balé clássico e dança para crianças e jovens, além das exposições e oficinas de dança e teatro. Os municípios contemplados são os da Mesorregião do Vale do Rio Doce.

- Banda de Música do Canta Galo – Parceria com a prefeitura para a formação da Banda de Música do Canta Galo, que é constituída por jovens de 15 a 20 anos. O município contemplado é Belo Oriente.

- Esporte + Educação = Cidadania – Atende a 120 alunos da rede pública de ensino, com atividades esportivas (judô) e acompanhamento pedagógico e assistência social. O município contemplado é Santana do Paraíso.

- Projeto Ajudou – Envolve parcerias com prefeituras e associações de moradores, o que proporciona, a partir da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o acesso ao esporte especializado do judô. Os municípios contemplados são Periquito, Belo Oriente, Naque e Antônio Dias.

- Projeto Dramaturgia do Lixo (Armatrux) – A partir de oficinas e espetáculos, o grupo Armatrux aborda questões importantes a respeito da preservação do meio ambiente e destinação correta de resíduos, bem como reaproveitamento de materiais. Além disso, a apresentação destaca a importância da amizade, bom humor, persistência e honestidade para o desenvolvimento humano. Os municípios contemplados são todos aqueles da área de atuação do Instituto.

- Projeto Osquindô – Projeto realizado conforme a Lei Federal de Incentivo à Cultura. O espetáculo foi criado a partir de elementos da infância como cantigas, brinquedos, lendas, mitos, jogos e referências das festas populares brasileiras. Os municípios contemplados são Bom Jesus do Galho, Bugre, Periquito, Belo Oriente, Peçanha, Gonzaga, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Sem-Peixe, Antônio Dias e Ferros.

- Projeto Caravana das Letras – As ações propostas pelo Projeto Caravana das Letras, realizado pelo Grupo Quatro Crescente, visam despertar a imaginação, sensibilidade e reflexão dos estudantes a partir da leitura, potencializando a produção literária. Para os educadores

e profissionais da área, a Caravana propõe a estruturação de ações pedagógicas que despertem o desejo de ler e escrever nos estudantes. O Projeto promoveu também a distribuição de 1.200 exemplares para bibliotecas públicas do livro infanto-juvenil da escritora Gina Borges. Os municípios contemplados são aqueles que se situam na área de atuação do Instituto.

- Projeto Objeto de Voo (Cia Suspensa) – Uma produção da Companhia Suspensa, de Belo Horizonte, o Projeto Objeto de Voo é uma ação educativa que propõe pensar o corpo e sua inter-relação com os espaços a partir da Física, contribuindo para a interpretação e aplicação do conteúdo absorvido em sala de aula. Foram realizadas oficinas com professores da rede pública de ensino e apresentações artísticas à comunidade. São os seguintes os municípios contemplados: Belo Oriente, Açucena, Naque e Santana do Paraíso.

- Projeto Real Fantasia – A partir de oficinas de teatro, o trabalho do Grupo Real Fantasia, de Belo Horizonte, proporciona aos jovens a formação de uma consciência crítica, o trabalho em equipe e a capacidade de expressar sua percepção de mundo no cotidiano da educação infanto-juvenil. Além das oficinas, as comunidades foram contempladas com um espetáculo do Real Fantasia. Os municípios contemplados são todos aqueles que se situam na área de atuação do Instituto.

Trabalho e Renda:

- Água Limpa – Consiste no apoio à Associação de Produção Agropecuária da Comunidade dos Antunes e Guerra. O município contemplado é Ipaba.

- Arte em Cachoeira Escura – O Projeto Artesanato para Cachoeira Escura consiste em um trabalho compartilhado entre o Grupo de Artesãs de Cachoeira Escura (GRACE) e a equipe técnica para desenvolvimento do artesanato local. O objetivo do projeto é diagnosticar as necessidades e potencialidades da comunidade quanto a desenvolver

ações para a geração de trabalho e renda. Está em estudo a aplicabilidade de subprodutos do processo de celulose para a composição dos artesanatos. O município contemplado é Belo Oriente.

– Comunicação em Ação – Realizado por meio de uma parceria do Instituto CENIBRA, UnilesteMG e associações comunitárias, o objetivo do projeto é diagnosticar as necessidades e potencialidades das comunidades para desenvolver projetos para geração de trabalho e renda de acordo com o perfil de cada uma. O município contemplado é Periquito.

– Horta Comunitária – Incentivo à implantação de horta comunitária, farmácia verde e fomento à piscicultura e apicultura. O município contemplado é Santana do Paraíso.

– Indaiá – A partir da vocação econômica e cultural regional, o Instituto firmou parceria com a associação de artesãos para organizar e viabilizar atividade de geração de trabalho e renda. O trabalho para estruturação do plano de manejo sustentável da palha de indaiá, matéria-prima das artesãs, contou com a participação do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileste-MG). O município contemplado é Antônio Dias.

– Investimento Único – Refere-se ao investimento e fomento de atividades econômicas, conforme abaixo:

- Produção de Alimentos – É uma parceria com a Associação dos Agricultores Familiares de Ipatinga (AAGRIFIPA). A iniciativa possibilitou a aquisição de equipamentos para aumentar e diversificar a produção de alimentos pelos associados e contribuir para o aumento da renda familiar. O município contemplado é Ipatinga.
- Conservas – Refere-se a cursos de capacitação para produção de conservas. O município contemplado é Mesquita.
- Doces e Compotas – Refere-se a cursos de capacitação para produção de doces e compotas. Parceria do Instituto CENIBRA com o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a iniciativa buscou contribuir

com a geração de trabalho e renda no município, a partir da vocação e do potencial econômico regional. Após a capacitação, as produtoras puderam comercializar os produtos também em feiras públicas. O município contemplado é Mesquita.

- Arte e Feira na Praça – Apoio ao projeto "Arte e Feira na Praça", estruturado para garantir rentabilidade de forma contínua. A iniciativa é uma parceria com a Prefeitura Municipal e a Associação Cultural, Artesanal e Feiras e contribui para a divulgação e comercialização de artesanato, comidas típicas e produtos orgânicos. Com 20 feirantes contemplados, o evento é uma alternativa para gerar de forma sustentável renda para os produtores do município, cuja vocação econômica é essencialmente agrícola. O município contemplado é Mesquita.
- Fábrica de Blocos – Refere-se a uma parceria para a geração de trabalho e renda, por meio da instalação de uma fábrica de blocos, bloquetes e meios-fios. O município contemplado é Sardoá.
- Mulher de Fibra – Apoio às participantes do Projeto Mulher de Fibra, as quais fornecem biscoitos para complementação de merenda escolar para a rede pública de Santana do Paraíso e Ipatinga, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também são produzidos bolos e pães para comercialização regional. O município contemplado é Santana do Paraíso.
- Padaria Solidária – Parceria com a Associação Comunitária para o desenvolvimento de um projeto social que visa capacitar e qualificar profissionalmente membros da comunidade. A parceria será fundamental para a obtenção da certificação necessária para a produção de pães realizada por mulheres da comunidade e que serão vendidos na região. Além de cursos de capacitação, também serão feitas melhorias no local e otimizadas as condições de trabalho da equipe, com alterações na estrutura e o fornecimento dos equipamentos necessários. O município contemplado é Peçanha.

- Parcerias Agrícolas – Consiste na disponibilização de áreas de cultivo a pequenos produtores. Os municípios contemplados são Belo Oriente, Ipaba, Santana do Paraíso e Virgíópolis.
- Pomar em Coroaci – Consiste na doação de mudas de espécies frutíferas e estruturação de um pomar. O projeto contempla 37 produtores rurais e prevê o beneficiamento de frutas na agroindústria de processamento de polpa para suco. O município contemplado é Coroaci.
- Parceria com Apicultores – Consiste na permissão de uso de florestas nativas e plantadas para membros de associações de apicultores reconhecidas pelo instituto. Os municípios contemplados são aqueles situados na área de atuação do Instituto.
- Sabor Solidário – Refere-se a cursos de capacitação para salgadeiras. O município contemplado é Açucena.
- Tecelãs de Brumal – Consiste no apoio e entrega de cinco teares para grupo de tecelãs. O município contemplado é Santa Barbara.

Social:

– Ação e Cidadania – É um projeto de promoção social, em parceria com o Lions Clube de Ipatinga, prefeituras municipais e outras instituições de serviços. Tem como público-alvo a população adulta e infantil das comunidades próximas à unidade fabril, cujos indicadores socioeconômicos sejam insatisfatórios. O projeto oferece atendimento nas áreas de saúde, educação, cidadania, cooperação social e entretenimento infantil. Os municípios contemplados são aqueles situados na área de atuação do Instituto.

– Campanha de Saúde – São espetáculos de teatro com temas relacionados à saúde, desenvolvimento humano, violência e sexualidade. Os municípios contemplados são aqueles situados na área de atuação do Instituto.

– Capacitar – São cursos que promovem a iniciação profissional e a atualização da pessoa para reentrar no mercado de trabalho. Os municípios contemplados são aqueles situados na área de atuação do Instituto.

– Conselho Eficaz – Promove a capacitação dos membros dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os municípios contemplados são aqueles situados na área de atuação do Instituto.

– EJA – Educação escolar de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio. O município contemplado é Antônio Dias.

– Intervenção Pedagógica – Oficinas para capacitar os docentes e a equipe pedagógica das escolas do município, de forma a estimular técnicas que possam desenvolver a aprendizagem significativa dos alunos. O município contemplado é Periquito.

– Parque Multifuncional – Espaço de Convivência implantado com a prefeitura municipal e que prevê a disponibilização para a comunidade de um ambiente com trilha ecológica interpretativa; jardim botânico; complexo esportivo; e um centro cultural, composto por biblioteca, teatro, auditório e sala de reunião. O município contemplado é Belo Oriente.

– Projeto Luthier – Ensina crianças carentes a construir e tocar seu próprio instrumento, bem como contribuir para a formação moral e humana dos jovens. O município contemplado é Barão de Cocais.

– Salinhas de Informática – Refere-se à doação de microcomputadores para certas entidades da região onde atua, visando a estruturação de Salinhas de Informática. Os municípios contemplados são aqueles situados na área de atuação do Instituto.

– Voluntariado – É um programa interno do Instituto e que visa incentivar pessoas para realizar atividades de voluntariado. Os municípios contemplados são aqueles situados na área de atuação do Instituto.

Como se observa, os projetos elencados para as três áreas temas são realizados especificamente para um ou mais municípios, ou ainda

para todos os aqueles situados na área de atuação do Instituto CENIBRA. São 10 projetos na área Social, 13 em Bem-Estar Social, Cultura e Esporte e 12 em Trabalho e Renda. Contudo, nos projetos da área Social, percebe-se que seus objetivos são próximos aos das demais áreas: o Parque Multifuncional oferece espaços de cultura e lazer; o Projeto Luthier a oportunidade de trabalho e renda e valorização da cultura regional; as Salinhas de Informática oportunizam maior acesso à cultura e informação; o projeto Voluntariado pode ocorrer nas duas outras áreas; os projetos Capacitar e Intervenção Pedagógica interferem no trabalho e até mesmo na renda dos atendidos por eles; os demais, Ação e Cidadania, Conselho Eficaz, EJA e Campanha de Saúde, interferem diretamente no bem-estar e cultura da população alvo. Além disso, quando se analisa quantos municípios recebem ações dos referidos projetos, verifica-se que os mesmos ocorrem em quantidades diferentes.

A mesorregião do Vale do Rio Doce é a que mais recebe projetos, são 54 ações realizadas em 17 municípios, sendo: 26 ações na área de Bem-Estar Social, Cultura e Esporte; 19 projetos em Trabalho e Renda; e nove ações na área Social. Nessa mesorregião, a microrregião mais atendida é a de Ipatinga, recebendo 43 projetos, sendo os municípios de Belo Oriente (21 ações), Santana do Paraíso (17 ações) e Periquito e Antônio Dias (16 ações) os que mais recebem atenção do instituto (Tabela 13 e Anexo VI).

Na mesorregião de Belo Horizonte são realizados 16 projetos, sendo sete na área de Bem-Estar Social, Cultura e Esporte, dois na área de Trabalho e Renda e sete na área Social (Tabela 12).

Na mesorregião da Zona da Mata são realizados 12 projetos, sendo cinco na área Bem-Estar Social, Cultura e Esporte, um na área de Trabalho e Renda e seis na área Social (Tabela 12).

Tabela 12 – Número de ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), segundo as áreas Social; Bem-Estar Social, Cultura e Esporte; e Trabalho e Renda, para as mesorregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA.

Região	Ações da área Social	Ações da área de Bem-Estar Social, Cultura e Esporte	Ações da área de Trabalho e Renda	Total de Ações Realizadas
Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte	7	7	2	16
Mesorregião do Vale do Rio Doce	9	26	19	54
Mesorregião da Zona da Mata	6	5	1	12

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014).

Tabela 13 – Número de ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), segundo as mesorregiões e respectivas microrregiões atendidas pelo Instituto CENIBRA.

Mesorregião	Microrregião	Total de Ações Realizadas
Vale do Rio Doce	Guanhães	16
	Ipatinga	43
	Caratinga	16
	Peçanha	14
	Governador Valadares	14
Metropolitana de Belo Horizonte	Conceição do Mato Dentro	16
	Itabira	14
	Ponte Nova	12

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014).

Portanto, a microrregião de Ipatinga é a que recebe a maior quantidade de projetos do instituto, principalmente o município de Belo Oriente e os próximos a ele. Ademais, é observado que o instituto investe na região principalmente em projetos das áreas de Bem-Estar Social, Cultura e Esporte e de Trabalho e Renda.

A preferência pela região, municípios e tema dos projetos se deve:

– A mesorregião do Vale do Rio Doce possui indicadores sociais muito baixos, principalmente na área de educação. Para o IDHM-Renda, a região possuía, em 2010, 91,67% dos municípios classificados com renda muito baixa, baixa ou mediana (Tabela 7), evidenciando a necessidade de maiores investimentos na qualificação profissional e promoção de oportunidades de geração de emprego e renda à população. Para o índice de educação (IDHM-Educação), no mesmo período, 86,12% dos municípios eram classificados com educação baixa ou muito baixa (Tabela 8). Para o IMRS, a realidade não é diferente: a mesorregião possuía em 2010 péssimos índices na área de cultura (0,453), educação (0,458), esporte, turismo e lazer (0,289) e renda e emprego (0,557) (Tabelas 10 e 11).

– A CENIBRA tem seu complexo industrial instalado no município de Belo Oriente. Logo, os municípios mais afetados pelas externalidades da atividade industrial são os dessa microrregião.

As mesorregiões da Zona da Mata e Metropolitana de Belo Horizonte possuem poucos projetos específicos para os seus municípios. Sobressaem para os seus municípios os projetos voltados a todos aqueles pertencentes à área de atuação do instituto. Isto demonstra, que as duas regiões possuem menor prioridade para o Instituto CENIBRA. Essa postura pode ser explicada pelos indicadores sociais serem mais favoráveis nessas regiões, quando comparados à mesorregião do Vale do Rio Doce, bem como quando se considera a distância destas ao município de Belo Oriente.

5.2.2. Projetos Fixos e Itinerantes

Outra forma do Instituto CENIBRA organizar seus projetos é os classificando como fixos ou itinerantes. Os projetos fixos são os que ocorrem permanentemente; já os itinerantes são normalmente caracterizados por parcerias ou eventos.

Os projetos classificados como fixo são: Água Limpa; Pomar em Coroaci; Fábrica de Blocos; Parcerias Agrícolas; Lanchonete Solidária; Mulher de Fibrã; e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estes projetos preconizam a criação de oportunidades de trabalho e renda aos envolvidos.

Os projetos classificados como itinerantes são: Parceria com Apicultores e Ação e Cidadania. São projetos que envolvem ações em que a empresa cede uma estrutura, temporariamente, em benefício da comunidade. São exemplos: permitir aos apicultores utilizarem os plantios florestais e as áreas de vegetação nativa da empresa para o pastoreio das abelhas; e o ato de levar especialistas a certos eventos para atender demandas das comunidades assistidas.

Apesar do site do instituto não listar os demais projetos na classificação como fixos ou itinerantes, é fácil observar como eles se enquadram nesta dinâmica. Os eventos e concessões da empresa para o uso de suas estruturas são classificados como itinerantes, pois ocorrem enquanto a empresa permitir o uso dos espaços. Já os projetos fixos são aqueles em que um investimento é feito e a comunidade é responsável pela gerência e continuidade dos mesmos, ainda que recebam apoio do instituto para mantê-los em funcionamento.

5.2.3. Análise dos Projetos

Os projetos de Bem-Estar Social, Cultura e Esporte são orientados para valorização da cultura regional (Tribos Indígenas, Armazém da Viola e Projeto Osquindô), de atividades esportivas (Cidadania pelo Esporte, Esporte + Educação = Cidadania e Projeto Ajudou) e de cultura e educação em geral (Cine Praça Brasil, Interferências Cênicas, Banda de Música do Canta Galo, Dramaturgia do Lixo, Caravana das Letras, Objeto de Voo e Projeto Real Fantasia).

São observadas nas ações de Bem-Estar Social, Cultura e Esporte que: elas não buscam uma valorização ou promoção direta da empresa

ou do instituto, sendo considerado especificamente o objetivo de alcançar o público alvo; que é priorizado o público infanto-juvenil; que as ações esportivas abarcam apenas duas modalidades (futebol e judô); que os projetos de dramaturgia são itinerantes, sendo que poderia existir um fixo, tal como os esportivos; e que elas se concentram, principalmente, na mesma mesorregião e microrregião (Vale do Rio Doce e Ipatinga).

Os projetos de Trabalho e Renda são orientados para incentivo: à produção agropecuária (Água Limpa, Horta Comunitária, Produção de Alimentos, Parcerias Agrícolas, Pomar de Coroaci e Parceria com Apicultores); à produção de artesanato (Tecerãs de Brumal, Arte e Feira na Praça, Indaiá e Projeto Arte em Cachoeira Escura); à produção de alimentos beneficiados (Produção de Alimentos, Projeto Conservas, Projeto Doces e Compotas, Arte e Feira na Praça, Mulher de Fibra, Padaria Solidária e Projeto Sabor Solidário); à pequena indústria (Fábrica de Blocos); e ao empreendedorismo (Comunicação em Ação).

Desse modo, são observadas nas ações de Trabalho e Renda que: elas não buscam uma valorização ou promoção direta da empresa ou do instituto, sendo considerado especificamente o objetivo de alcançar o público alvo; que é priorizado o público de comunidades rurais ou de pequenos distritos; que as ações de investimento único são mais voltadas à produção de alimentos; e que elas se concentram, principalmente, na mesma mesorregião e microrregião (Vale do Rio Doce e Ipatinga).

Os projetos da área Social são orientados para: campanhas de saúde (Ação e Cidadania, Campanha de Saúde, Projeto Voluntariado); campanhas educacionais (Salinhas de Informática, Parque Multifuncional, Voluntariado, Ação e Cidadania, Intervenção Pedagógica e Projeto EJA); campanhas de cidadania (Ação e Cidadania, Conselho Eficaz e Projeto Voluntariado); capacitação profissional (Projeto Capacitar, Caravana das Letras, Intervenção Pedagógica e Projeto Luthier); e campanhas de entretenimento (Parque Multifuncional e Projeto Ação e Cidadania).

Assim, são observadas nas ações da área Social que: elas não buscam uma valorização ou promoção direta da empresa ou do instituto,

sendo considerado especificamente o objetivo de alcançar o público alvo; que não há priorização de público alvo específico, sendo alcançados desde crianças a adultos ou moradores de áreas urbanas e rurais; que as ações são principalmente itinerantes; e que elas se concentram, principalmente, na mesma mesorregião e microrregião (Vale do Rio Doce e Ipatinga).

Com base no exposto, nota-se que os projetos executados pelo Instituto CENIBRA vão de encontro à definição de RSE proposta por Ashley (2002), ou seja, a de que responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e que seja conduzida de maneira sustentável. Neste sentido, as medidas adotadas pelo instituto objetivam desenvolvimento educacional; oportunidade de trabalho e renda; capacitação profissional; valorização da cultura regional; e promoção de atividades com vistas ao bem-estar do cidadão.

Os *stakeholders* visados pelos projetos são as comunidades circunvizinhas à área industrial ou aos cultivos da empresa, bem como grupos populacionais direta ou indiretamente afetados pelos empreendimentos da CENIBRA. Além destes, são criadas parcerias com outros *stakeholders* para definição e execução dos projetos voltados para as comunidades. Alguns desses parceiros são órgãos públicos como prefeituras, organismos não governamentais ou funcionários, via programa de voluntariado.

A definição do projeto, demanda, local de execução e público alvo ocorre via informações levantadas pelos indicadores sociais, bem como pelo interesse manifestado pelos *stakeholders* ou pelas parcerias estabelecidas. Enfim, essas informações levam em consideração os interesses do público alvo. Dessa maneira, as ações de RSE a serem efetivadas, estão em sintonia com a significação de Responsabilidade Social Empresarial proposta por Garcia (2002), em que a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os

interesses das diferentes partes e incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos.

É possível observar, por algumas ações da empresa, iniciativas proativas, onde a mesma propõe e executa um projeto sem necessariamente haver manifestação de interesse dos *stakeholders*. Alguns desses projetos são: o Parque Multifuncional, o Projeto de Voluntariado e as Campanhas de Saúde e Ação e Cidadania. Essa ação voluntária da empresa exemplifica o exposto por Garcia (2002), que, em resumo, argumenta que a organização se torna socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos, observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso, por acreditar que assim será uma empresa melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Ademais, se observa que as ações de RSE propostas não se sobrepõem ou substituem as políticas sociais do Estado. Pelo contrário, elas servem de complemento às políticas e ações públicas vigentes. Garcia (2002) ressalta a importância da empresa não se justapor às ações públicas nem agir como um organismo não governamental. É preciso que as ações incorporem as demandas dos *stakeholders*, sem que isso prejudique ou coloque em segundo plano o papel da empresa como unidade produtora de lucro. Sob esta perspectiva, são exemplos de ações: a Cidadania pelo Esporte, Esporte + Educação = Cidadania e o Cine Praça Brasil, que oferecem atividades extracurriculares a estudantes; Caravana das Letras, que auxilia escolas no incentivo à leitura; Campanhas de Saúde e Ação e Cidadania, que promovem eventos voltados ao atendimento público na área de saúde, cidadania, desenvolvimento, entre outros temas; Conselho Eficaz e Intervenção Pedagógica, que promovem capacitação de funcionários públicos; e o Parque Multifuncional, que oferece à população espaços de lazer, cultura e informação.

Pela ótica da RSE e como forma de controle do “risco social”, conforme proposto por Kytte e Ruggie (2005), Lins (2005) e Acselrad e Pinto (2009), percebe-se que as ações executadas pelo Instituto CENIBRA têm o objetivo de compensar, prevenir ou minimizar situações e fenômenos sociais que possam colocar em risco a rentabilidade do empreendimento, ou seja, são capazes de antever eventuais “indesejabilidades sociais”. Por esse ponto de vista, uma das principais ações de RSE é permitir ao *stakeholder* a capacidade de empreender e romper a subsistência básica, obtendo acesso a melhores oportunidades econômicas e culturais. Esse “desenvolvimento” do *stakeholder* torna-o mais empático com a empresa, uma vez que ele a vê como fomentadora dessa nova realidade e se enxerga como empreendedor e capitalista como ela.

Neste sentido, entendemos que algumas ações promovidas pelo Instituto CENIBRA vão nessa direção, pois buscam a capacitação ou a criação da oportunidade para que o seu *stakeholder* se torne empreendedor ou se qualifique melhor na profissão que já exerce. Tanto é verdade, que dos projetos e ações promovidos pelo instituto, 17 possuem essa relação com o público alvo. Alguns desses projetos são: Projeto Luthier; Intervenção Pedagógica; Conselho Eficaz; Capacitar; Tecelãs de Brumal; Sabor Solidário; Parcerias com Apicultores; Parcerias Agrícolas; Padaria Solidária; Mulher de Fibra; Indaiá; Horta Comunitária; Comunicação em Ação; Arte em Cachoeira Escura; Água Limpa; e Caravanas das Letras.

Exatamente pelo exposto, é que as ações que envolvem trabalho e renda são as mais frequentes do instituto, ademais de se desdobrarem em suas três áreas de atuação, ou seja, Bem-Estar Social, Cultura e Esporte; Trabalho e Renda; e Social. Outro ponto interessante, é que essas ações apresentam maior facilidade para mensurar seus resultados, uma vez que são quantificáveis (aumento da renda, número de empregos gerados etc.). Bem assim, servem de modelo para novas ações, em diferentes locais ou comunidades, haja vista que essa facilidade para demonstrar seus resultados permite à população “enxergar” claramente o

fato de que a empresa pode ser parceira dela no desenvolvimento socioeconômico.

Vale destacar também, que não são observadas na lista de projetos do instituto ações que objetivam exclusivamente melhorar o relacionamento da CENIBRA com as comunidades vizinhas ou demonstrar a elas o cotidiano da empresa, ou mesmo como ela se relaciona com o meio ambiente. Enfim, de modo geral, as ações são voltadas para os *stakeholders*, o que implica dizer que o aprimoramento da relação da empresa com as comunidades surge como efeito secundário, uma vez que as pessoas atendidas passam naturalmente a reconhecê-la como sua legítima parceira.

Contudo, existem algumas poucas exceções, ou seja, quando se considera que a CENIBRA realizou, em 2013, projetos de educação ambiental voltados para as comunidades e um orientado para divulgar ações ambientais e o processo industrial da empresa. Os projetos são: Projeto Escola da Vida, que conscientiza, conjuntamente com professores do 1º ao 5º ano das escolas públicas, a importância do pensamento ambiental; Campanhas do Meio Ambiente, com eventos temáticos em diversos municípios; Portas Abertas, com foco em estudantes da rede pública municipal e estadual, e que promove visitas à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Macedônia; Unidades de Integração Empresa-Comunidades (UNIECO), com atividades socioeducativas em Peçanha, Nova Era e Guanhães; e a Unidade Móvel de Integração com a Comunidade (CENIBRA Móvel), que leva às comunidades informações sobre os projetos socioambientais desenvolvidos pela empresa e dissemina conhecimento sobre o processo industrial e aplicações da celulose (CENIBRA, 2013).

A empresa também realiza, nas áreas de capacitação profissional e formação de mão de obra qualificada, os programas Jovem Aprendiz, Profissão do Futuro, Formação de Operadores de Máquinas Florestais e Trainee (CENIBRA, 2013).

É interessante perceber que as ações desenvolvidas especificamente pela CENIBRA, independentemente do seu Instituto, se justificam, pois enquanto empresa possui demandas bem definidas, como por exemplo, o interesse em identificar e formar pessoas (talentos locais) com potencial para trabalhar em suas bases florestal ou industrial, caso do Programa Jovem Aprendiz, entre outros.

Além das ações promovidas diretamente pela empresa, ela executou, em 2013, o investimento de R\$ 595 mil em infraestrutura, como melhoria de estradas e construções de pontes que podem ser utilizadas pela população em geral. A empresa investiu em 2013, 13,08% da receita líquida em projetos sociais e 0,54% em projetos relacionados com meio ambiente (CENIBRA, 2013).

5.3. Proposição de Ações para Dinamizar e Diversificar os Projetos do Instituto CENIBRA

A seguir, com base nos resultados e considerações feitas nos itens 5.1.1.; 5.1.2.; 5.2.1.; 5.2.2.; e 5.2.3., são listadas algumas ações que podem dinamizar e diversificar os projetos do Instituto CENIBRA.

Assim, no que tange à limitação identificada pelo IMRS nas áreas de esporte, turismo e lazer, propõe-se:

- Investimento e parceria com prefeituras e outros órgãos públicos para dinamizar atividades esportivas coletivas e voltadas ao ensino público municipal e estadual, tais como: voleibol, handebol e basquete.

- Investimento e parceria com prefeituras e outros órgãos públicos, além de entidades privadas, para oportunizar competições esportivas interescolares periódicas nos municípios atendidos pelos projetos esportivos.

- Patrocínio, incentivo e promoção de competições esportivas amadoras periódicas, tais como: futebol, circuitos de bicicleta, corridas de regularidade, entre outras.

- Parceria com prefeituras e outros órgãos públicos, além de entidades privadas, para a reforma ou construção de áreas de lazer em comunidades carentes, principalmente quadras poliesportivas.

- Estender os programas e ações de promoção e incentivo da prática esportiva a outros municípios e microrregiões ainda não contemplados.

Considerando a limitação identificada pelo IMRS e IDHM na área de educação, propõe-se:

- Estender os projetos Ensino de Jovens e Adultos e Intervenção Pedagógica a outros municípios e microrregiões.

Considerando a limitação identificada pelo IMRS e IDHM na área de cultura, propõe-se:

- Estender o Projeto Interferências Cênicas às outras mesorregiões.

- Parceria com prefeituras para implantação de projetos semelhantes ao da Banda de Música do Canta Galo em outros municípios.

- Parceria com prefeituras e outros órgãos públicos, além de entidades privadas, para a restauração e manutenção de monumentos e prédios históricos, com a concomitante promoção de oficinas para ensinar a importância de preservar esses locais e de cursos de capacitação sobre técnicas de restauro e conservação para pessoas das comunidades atendidas.

- Parceria com prefeituras e outros órgãos públicos, além de entidades privadas, para a promoção e patrocínio de eventos culturais, principalmente os referentes à cultura local e regional, tais como: feiras, exposições e apresentações artísticas.

Considerando as ações de trabalho e renda já implantadas pelo instituto, propõe-se:

– Estender os projetos Horta Comunitária, Comunicação em Ação, Mulher de Fibra, Padaria Solidária e Sabor Solidário, bem como os similares aos projetos Tecelãs de Brumal, Indaiá, Água Limpa e Arte em Cachoeira Escura a outros municípios e microrregiões.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados alcançados, são as seguintes as principais conclusões dessa pesquisa:

– Todas as ações da CENIBRA e do Instituto CENIBRA possibilitam melhorar o relacionamento com as comunidades vizinhas, pois implicitamente têm esse potencial, na medida em que atuam em temas da maior importância sob o prisma da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), quais sejam: emprego e renda, cultura e meio ambiente, dentre outros.

– Na prática, as diferentes ações, tanto da empresa quando do seu Instituto, possuem efeito sinérgico, já que ao agirem num determinado tema, como por exemplo, em emprego e renda, acabam por desencadear, de forma inerente, reações em cultura e meio ambiente, entre outros.

– Com base no raciocínio anterior, todas as ações possuem implicitamente a capacidade de geração de emprego e renda, promoção e valorização da cultura das comunidades e de conscientização ambiental.

– O instituto não promove ações que objetivam mostrar às comunidades o cotidiano da CENIBRA e nem como ela se relaciona com o meio ambiente. As ações nesta direção são realizadas pela própria CENIBRA.

– A empresa não faz autopromoção por meio de suas ações ou de seu Instituto, pois o foco é o público alvo, ou seja, os seus *stakeholders*.

– O aprimoramento da relação da empresa com as comunidades surge como efeito secundário, uma vez que as pessoas atendidas passam naturalmente a reconhecê-la como sua legítima parceira.

– Haja vista o alcance socioambiental de suas ações e do seu Instituto, é de se imaginar que a empresa perceba claramente os inúmeros benefícios obtidos pela parceria com a comunidade, o que certamente a motiva a buscar aperfeiçoamento do processo.

- No campo da proposição de aprimoramentos do processo, e tomando em conta que o Instituto CENIBRA considera a forma ampla dos índices IMRS e IDHM, há espaço para que as suas ações contemplem com maior prioridade os itens com pior classificação ou desempenho (Esporte, Turismo e Lazer; Educação; e Saneamento, Habitação e Meio Ambiente) nas três mesorregiões estudadas.

- Com a concentração dos projetos em execução no tema emprego e renda, existe potencial para a formulação e desencadeamento de ações em outras áreas, como por exemplo, em cultura e meio ambiente.

- Há concentração de ações de RSE na mesorregião do Vale do Rio Doce, por conta dos seus indicadores sociais serem inferiores aos observados nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata, o que não inviabiliza a expansão dos projetos para estas áreas.

- Apesar das ações serem executadas em todos os municípios da área de atuação, existe concentração de projetos naqueles mais próximos à unidade fabril da CENIBRA, ou seja, Belo Oriente.

- Ao se considerar os projetos de capacitação e qualificação profissional presentes na área de Bem-Estar Social, Cultura e Esporte, os mais implantados são os que visam emprego e renda. Contudo, como visto, estes se concentram na mesorregião do Vale do Rio Doce.

- Os projetos voltados para o meio ambiente e executados pela CENIBRA são passíveis de serem absorvidos pelo Instituto, de forma a ampliar as ações de temática ambiental na região.

- Considerando a importância e o alcance social dos projetos executados pelo Instituto CENIBRA, há amplas possibilidades de formação de parcerias com entidades públicas e privadas, tal como já ocorre.

Em termos de recomendações, e também à luz dos resultados obtidos, consideram-se como necessárias as seguintes ações:

- Ainda que exista margem para aperfeiçoamento, tal como se demonstrou neste trabalho, é inegável que a CENIBRA, por meio do seu

Instituto, se constitui num modelo a seguir quanto a ações de cunho socioambiental. Nestes termos, recomenda-se que outras empresas do segmento florestal se baseiem neste modelo para iniciar ou aperfeiçoar seu relacionamento com as comunidades inseridas em seu raio de influência.

– As entidades que congregam as empresas florestais brasileiras, dentre elas a SIF – Sociedade de Investigações Florestais - poderiam promover eventos específicos para a apresentação, debate e divulgação das ações de cunho socioambiental levadas a efeito por suas associadas. Nestes encontros, além de representantes das empresas florestais, poderiam ser convidados outros atores sociais, dentre eles, pessoas das comunidades e de organizações não governamentais, entre outras, sempre com o intuito de aumentar a massa crítica sobre a questão e lograr aperfeiçoamentos do processo.

– Por fim, recomenda-se também que a CENIBRA e o Instituto CENIBRA verifiquem a necessidade de contratar especialistas em Comunicação e Marketing. No caso, estes especialistas poderiam vislumbrar outras eventuais formas de aperfeiçoamento do processo de relacionamento com a comunidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H.; PINTO, R. G. A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. **Praia Vermelha**, v.19, n.2, p. 51-64, 2009.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. (Ed.). **Ecología política**: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: Clasco, 2002. p. 115-137.

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997. 174 p.

ANTONANGELO, A.; BACHA, C.J.C. As fases da silvicultura no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 52, n. 1, p. 207-209, 1998.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 340 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS – ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF 2013**: ano base 2012. Brasília, DF, 2013. 142 p.

BONOMA, T. V. Case research in marketing: opportunities, problems and a process. **Journal of Marketing Research**, v. 22, p. 199-208, 1985.

BRASIL. **Cresce número de municípios no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>>. Acesso em: 14 de agosto de 2014.

BRESSAN, F. O método do estudo de caso. São Paulo: **Administração On-Line**, v. 1, n.1, p. 1-5, 2000.

BUSCH, S. E.; RIBEIRO, H. Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos. **Revista Interfacehs**, v. 4, n. 2, p. 1-25, 2009.

CARVALHO, J. **Como a Nike está lutando contra o uso de mão de obra escrava**. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/como-a-nike-esta-lutando-contra-o-uso-de-mao-de-obra-escrava>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2014.

CELULOSE NIPO-BRASILEIRA - CENIBRA. **Relatório de Sustentabilidade 2012**. 2012. Disponível em: <<http://bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/sustentabilidade/RelSustentaAssoc/cenibra-2012.pdf>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.cenibra.com.br/wp-content/uploads/2014/11/relatoriodesustentabilidadecenibra2013.pdf>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

_____. **Política do Sistema Integrado de Gestão**. 2014. Disponível em:

<<http://www.cenibra.com.br/cenibra/Cenibra/Empresa.aspx?&codigo=divFihos3.1&familia=2&nivel=3&item=2>>. Acesso em: 4 de setembro de 2014.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. *et al.* (Orgs.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-50.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Volume 1**. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 509 p.

FERREIRA, L.; FERREIRA, L. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e a sociedade. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 13-71.

FOELKEL, C. E. B. Eucalipto no Brasil, história de pioneirismo. **Visão Agrícola**, v. 2, n. 4, p. 66-69, 2005.

FREEMAN, R. E.; MCVEA, J. **A stakeholder approach to strategic management**. Darden Business School Working Paper, Charlottesville, n.01-02, 2001. Disponível em: <papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=263511>. Acesso em: 3 de julho de 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PIINHEIRO - FJP. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. 2010. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2015.

GARCIA, B. G. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In: INSTITUTO ETHOS (Org.) **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002. p. 1-20.

GIOIELLI, R. L. P. **Empresa, sociedade e comunicação: debates e tendências na transição pós-moderna**. 2012. 327 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP: 2012.

GOLDIM, J.R. **Ética, Moral e Direito**. 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/eticmor.htm>>. Acesso em: 4 de setembro de 2014.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **O GIFE, Lista de Associados**. 2014. Disponível em: <http://www.gife.org.br/associados_listacompleta.asp>. Acesso em: 5 de setembro de 2014.

HOLZMANN, R.; JORGENSEN, S. **Social risk management: a new conceptual framework for social protection, and beyond, social protection discussion**. Washington, D. C.: World Bank, 2000. 30 p. (Paper 6).

HOLZMANN, R.; SHERBURNE-BENZ, L.; TESLIUC, E. **Social risk management: the World Bank's approach to social protection in a**

globalizing world. 2003. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/11/19/000090341_20041119095402/Rendered/INDEX/302560SRMWB0ApproachtoSP01public1.txt>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES - IBÁ. **Dados & Fatos**. 2015. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/web/pt/dados-fatos/>>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2015.

INSTITUTO CENIBRA. **Instituto CENIBRA**. 2014. Disponível em: <<http://www.institutocenibra.com.br/br/p/19/instituto-cenibra.aspx>>. Acesso em: 2 de setembro de 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Instituto Ethos: missão, visão e associados**. 2014. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.VAsy3PldW8A>>. Acesso em: 4 de setembro de 2014.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.). **Patrimônio Ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 1-34.

KYTLE, B.; RUGGIE, J. **Corporate social responsibility as risk management: a model for multinationals and corporate social responsibility initiative**. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2005. 25 p.

LINS, C. **A questão dos riscos intangíveis na valoração das empresas**. 2005. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/ppt/doc-164.ppt>>. Acesso em: 3 de dezembro de 2014.

LITTLE, P.E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v.12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LOUREIRO K. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. **Revista Ágora**, n.3, p. 1-32, 2006.

MINAS GERAIS. **Mesorregiões e microrregiões**. 2015. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

MIRANDA, F.C.P. **Tratado de Direito Privado, Tomo IV**. 4ª ed. São Paulo: RT, 1983. 546 p.

NORMANDO, P. Um breve estudo sobre o conceito de responsabilidade. **Intuitio**, v. 5, n. 2, p. 249-265, 2012.

OLIVEIRA, L. L. S. **Idese e indicadores sociais: origem e evolução**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2013. 34 p.

PATRI, E. C. R. Relações governamentais *lobby* e *advocacy* no contexto de *public affairs*. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. V.8, n.14, p. 130-144, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PNUD. **O que é o IDHM**. 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 17 janeiro de 2015.

SANTI, T. **CENIBRA: Desenvolvimento em quatro décadas**. 2013. Disponível em: <http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1380572901_1bbf0b0dbe026d05e423d3b2c29f1716_2125163746.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2015.

STOCO, R. **Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. 454 p.

TEIXEIRA, L.S. **Responsabilidade social empresarial**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2004. 12 p.

VIÉGAS, R.N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 145-157, 2009.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. (Orgs.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1992. p. 1-12.

WORLD BANK. **World development report: attacking poverty**. 2014. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2000/09/729132/world-development-report-20002001-attacking-poverty-overview>>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 5ª ed. Washington, DC: Sage Publications, 2014. 265 p.

ANEXOS

Anexo I – Valor e respectiva classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), região de atuação do Instituto CENIBRA, anos 2000-2010.

(Continua)

Unidade Geográfica	IDHM (2000)	Classificação do IDHM	IDHM (2010)	Classificação do IDHM	Variação IDHM (2000-2010)
Brasil	0,612	Médio	0,727	Alto	18,79%
Minas Gerais	0,624	Médio	0,731	Alto	17,15%
Açucena	0,443	Muito baixo	0,610	Médio	37,70%
Alvinópolis	0,574	Baixo	0,676	Médio	17,77%
Antônio Dias	0,497	Muito baixo	0,645	Médio	29,78%
Barão de Cocais	0,613	Médio	0,722	Alto	17,78%
Bela Vista de Minas	0,574	Baixo	0,674	Médio	17,42%
Belo Oriente	0,544	Baixo	0,686	Médio	26,10%
Bom Jesus do Amparo	0,555	Baixo	0,683	Médio	23,06%
Bom Jesus do Galho	0,470	Muito baixo	0,623	Médio	32,55%
Braúnas	0,459	Muito baixo	0,624	Médio	35,95%
Bugre	0,464	Muito baixo	0,627	Médio	35,13%
Caeté	0,661	Médio	0,728	Alto	10,14%
Cantagalo	0,488	Muito baixo	0,631	Médio	29,30%
Caratinga	0,606	Médio	0,706	Alto	16,50%
Catas Altas	0,592	Baixo	0,684	Médio	15,54%
Coluna	0,461	Muito baixo	0,583	Baixo	26,46%
Coroaci	0,501	Baixo	0,626	Médio	24,95%
Coronel Fabriciano	0,648	Médio	0,755	Alto	16,51%
Córrego Novo	0,480	Muito baixo	0,632	Médio	31,67%
Divinolândia de Minas	0,501	Baixo	0,623	Médio	24,35%
Dores de Guanhães	0,497	Muito baixo	0,636	Médio	27,97%
Ferros	0,457	Muito baixo	0,603	Médio	31,95%
Gonzaga	0,436	Muito baixo	0,606	Médio	38,99%
Governador Valadares	0,635	Médio	0,727	Alto	14,49%
Guanhães	0,556	Baixo	0,686	Médio	23,38%
Iapu	0,521	Baixo	0,654	Médio	25,53%
Ipaba	0,514	Baixo	0,665	Médio	29,38%
Ipatinga	0,684	Médio	0,771	Alto	12,72%
Itabira	0,649	Médio	0,756	Alto	16,49%
Joanésia	0,481	Muito baixo	0,626	Médio	30,15%
Mariana	0,620	Médio	0,742	Alto	19,68%
Marliéria	0,554	Baixo	0,657	Médio	18,59%
Materlândia	0,461	Muito baixo	0,597	Baixo	29,50%
Mesquita	0,528	Baixo	0,656	Médio	24,24%
Naque	0,522	Baixo	0,675	Médio	29,31%
Nova Era	0,634	Médio	0,709	Alto	11,83%
Paulistas	0,513	Baixo	0,625	Médio	21,83%
Peçanha	0,486	Muito baixo	0,627	Médio	29,01%
Periquito	0,523	Baixo	0,651	Médio	24,47%
Pingo-D'Água	0,509	Baixo	0,619	Médio	21,61%

Unidade Geográfica	IDHM (2000)	Classificação do IDHM	IDHM (2010)	Classificação do IDHM	(Conclusão)
					Varição IDHM (2000-2010)
Rio Piracicaba	0,568	Baixo	0,685	Médio	20,60%
Rio Vermelho	0,439	Muito baixo	0,558	Baixo	27,11%
Sabinópolis	0,517	Baixo	0,638	Médio	23,40%
Santa Bárbara	0,605	Médio	0,707	Alto	16,86%
Santa Maria de Itabira	0,522	Baixo	0,648	Médio	24,14%
Santana do Paraíso	0,560	Baixo	0,685	Médio	22,32%
Santo Antônio do Itambé	0,392	Muito baixo	0,558	Baixo	42,35%
São Domingos do Prata	0,561	Baixo	0,690	Médio	22,99%
São Gonçalo do Rio Abaixo	0,521	Baixo	0,667	Médio	28,02%
São João Evangelista	0,527	Baixo	0,638	Médio	21,06%
Sardoá	0,521	Baixo	0,636	Médio	22,07%
Sem-Peixe	0,506	Baixo	0,654	Médio	29,25%
Senhora do Porto	0,409	Baixo	0,565	Baixo	38,14%
Virginópolis	0,573	Baixo	0,675	Médio	17,80%
Virgolândia	0,486	Baixo	0,620	Médio	27,57%

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Anexo II – Valor e respectiva classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), segundo o item Renda, região de atuação do Instituto CENIBRA, anos 2000-2010.

(Continua)

Unidade Geográfica	IDHM-REND (2000)	Classificação do IDHM	IDHM-REND (2010)	Classificação do IDHM	VARIAÇÃO IDHM-REND (2000-2010)
Brasil	0,692	Médio	0,739	Alto	6,79
Minas Gerais	0,680	Médio	0,730	Alto	7,35
Açucena	0,501	Baixo	0,595	Baixo	18,76
Alvinópolis	0,594	Baixo	0,651	Médio	9,60
Antônio Dias	0,547	Baixo	0,624	Médio	14,08
Barão de Cocais	0,604	Médio	0,679	Médio	12,42
Bela Vista de Minas	0,590	Baixo	0,644	Médio	9,15
Belo Oriente	0,569	Baixo	0,655	Médio	15,11
Bom Jesus do Amparo	0,613	Médio	0,655	Médio	6,85
Bom Jesus do Galho	0,529	Baixo	0,615	Médio	16,26
Braúnas	0,510	Baixo	0,635	Médio	24,51
Bugre	0,502	Baixo	0,602	Médio	19,92
Caeté	0,669	Médio	0,690	Médio	3,14
Cantagalo	0,522	Baixo	0,598	Baixo	14,56
Caratinga	0,659	Médio	0,697	Médio	5,77
Catas Altas	0,589	Baixo	0,665	Médio	12,90
Coluna	0,535	Baixo	0,590	Baixo	10,28
Coroaci	0,570	Baixo	0,613	Médio	7,54
Coronel Fabriciano	0,670	Médio	0,715	Alto	6,72
Córrego Novo	0,532	Baixo	0,596	Baixo	12,03
Divinolândia de Minas	0,542	Baixo	0,603	Médio	11,25
Dores de Guanhães	0,541	Baixo	0,612	Médio	13,12
Ferros	0,535	Baixo	0,625	Médio	16,82
Gonzaga	0,475	Muito baixo	0,558	Baixo	17,47
Governador Valadares	0,699	Médio	0,714	Alto	2,15
Guanhães	0,598	Baixo	0,683	Médio	14,21
Iapu	0,557	Baixo	0,639	Médio	14,72
Ipaba	0,546	Baixo	0,630	Médio	15,38
Ipatinga	0,697	Médio	0,752	Alto	7,89
Itabira	0,672	Médio	0,729	Alto	8,48
Joanésia	0,546	Baixo	0,616	Médio	12,82
Mariana	0,638	Médio	0,705	Alto	10,50
Mariéira	0,595	Baixo	0,629	Médio	5,71
Materlândia	0,489	Muito baixo	0,557	Baixo	13,91
Mesquita	0,582	Baixo	0,638	Médio	9,62
Naque	0,544	Baixo	0,632	Médio	16,18
Nova Era	0,642	Médio	0,675	Médio	5,14
Paulistas	0,516	Baixo	0,593	Baixo	14,92
Peçanha	0,540	Baixo	0,630	Médio	16,67

Unidade Geográfica	IDHM-RENDIA (2000)	Classificação do IDHM	IDHM-RENDIA (2010)	Classificação do IDHM	(Conclusão)
					VARIAÇÃO IDHM-RENDIA (2000-2010)
Periquito	0,523	Baixo	0,593	Baixo	13,38
Pingo-D'Água	0,515	Baixo	0,603	Médio	17,09
Rio Piracicaba	0,615	Médio	0,670	Médio	8,94
Rio Vermelho	0,527	Baixo	0,566	Baixo	7,40
Sabinópolis	0,555	Baixo	0,637	Médio	14,77
Santa Bárbara	0,622	Médio	0,676	Médio	8,68
Santa Maria de Itabira	0,588	Baixo	0,622	Médio	5,78
Santana do Paraíso	0,577	Baixo	0,663	Médio	14,90
Santo Antônio do Itambé	0,462	Muito baixo	0,537	Baixo	16,23
São Domingos do Prata	0,601	Médio	0,674	Médio	12,15
São Gonçalo do Rio Abaixo	0,560	Baixo	0,658	Médio	17,50
São João Evangelista	0,54	Baixo	0,620	Médio	14,81
Sardoá	0,544	Baixo	0,594	Baixo	9,19
Sem-Peixe	0,522	Baixo	0,623	Médio	19,35
Senhora do Porto	0,522	Baixo	0,595	Baixo	13,98
Virginópolis	0,579	Baixo	0,638	Médio	10,19
Virgolândia	0,507	Baixo	0,602	Médio	18,74

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Anexo III – Valor e respectiva classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), segundo o item Longevidade, região de atuação do Instituto CENIBRA, anos 2000-2010.

Unidade Geográfica	IDHM- LONGEVIDADE (2000)	Classificação do IDHM	IDHM- LONGEVIDADE (2010)	Classificação do IDHM	(Continua)
					VARIACÃO IDHM- LONGEVIDADE (2000-2010)
Brasil	0,727	Alto	0,816	Muito alto	12,24
Minas Gerais	0,759	Alto	0,838	Muito alto	10,41
Açucena	0,757	Alto	0,844	Muito alto	11,49
Alvinópolis	0,742	Alto	0,822	Muito alto	10,78
Antônio Dias	0,766	Alto	0,849	Muito alto	10,84
Barão de Cocais	0,761	Alto	0,858	Muito alto	12,75
Bela Vista de Minas	0,707	Alto	0,795	Alto	12,45
Belo Oriente	0,711	Alto	0,813	Muito alto	14,35
Bom Jesus do Amparo	0,750	Alto	0,834	Muito alto	11,20
Bom Jesus do Galho	0,709	Alto	0,800	Muito alto	12,83
Braúnas	0,715	Alto	0,802	Muito alto	12,17
Bugre	0,724	Alto	0,800	Muito alto	10,50
Caeté	0,778	Alto	0,844	Muito alto	8,48
Cantagalo	0,715	Alto	0,816	Muito alto	14,13
Caratinga	0,751	Alto	0,836	Muito alto	11,32
Catas Altas	0,813	Muito alto	0,828	Muito alto	1,85
Coluna	0,696	Médio	0,782	Alto	12,36
Coroaci	0,715	Alto	0,811	Muito alto	13,43
Coronel Fabriciano	0,787	Alto	0,865	Muito alto	9,91
Córrego Novo	0,740	Alto	0,805	Muito alto	8,78
Divinolândia de Minas	0,759	Alto	0,812	Muito alto	6,98
Dores de Guanhães	0,720	Alto	0,821	Muito alto	14,03
Ferros	0,742	Alto	0,821	Muito alto	10,65
Gonzaga	0,696	Médio	0,774	Alto	11,21
Governador Valadares	0,757	Alto	0,834	Muito alto	10,17
Guanhães	0,715	Alto	0,820	Muito alto	14,69
Iapu	0,751	Alto	0,819	Muito alto	9,05
Ipaba	0,724	Alto	0,829	Muito alto	14,50
Ipatinga	0,787	Alto	0,864	Muito alto	9,78
Itabira	0,797	Alto	0,873	Muito alto	9,54
Joanésia	0,711	Alto	0,803	Muito alto	12,94
Mariana	0,787	Alto	0,874	Muito alto	11,05
Marliéria	0,750	Alto	0,838	Muito alto	11,73
Materlândia	0,696	Médio	0,769	Alto	10,49
Mesquita	0,711	Alto	0,796	Alto	11,95
Naque	0,723	Alto	0,822	Muito alto	13,69
Nova Era	0,794	Alto	0,825	Muito alto	3,90
Paulistas	0,773	Alto	0,791	Alto	2,33
Peçanha	0,698	Médio	0,787	Alto	12,75

Unidade Geográfica	IDHM- LONGEVIDADE (2000)	Classificação do IDHM	IDHM- LONGEVIDADE (2010)	Classificação do IDHM	(Conclusão)
					VARIÇÃO IDHM- LONGEVIDADE (2000-2010)
Periquito	0,750	Alto	0,839	Muito alto	11,87
Pingo-D'Água	0,724	Alto	0,744	Alto	2,76
Rio Piracicaba	0,712	Alto	0,794	Alto	11,52
Rio Vermelho	0,697	Médio	0,787	Alto	12,91
Sabinópolis	0,744	Alto	0,812	Muito alto	9,14
Santa Bárbara	0,742	Alto	0,816	Muito alto	9,97
Santa Maria de Itabira	0,742	Alto	0,821	Muito alto	10,65
Santana do Paraíso	0,771	Alto	0,878	Muito alto	13,88
Santo Antônio do Itambé	0,712	Alto	0,794	Alto	11,52
São Domingos do Prata	0,779	Alto	0,823	Muito alto	5,65
São Gonçalo do Rio Abaixo	0,707	Alto	0,792	Alto	12,02
São João Evangelista	0,713	Alto	0,806	Muito alto	13,04
Sardoá	0,744	Alto	0,812	Muito alto	9,14
Sem-Peixe	0,737	Alto	0,826	Muito alto	12,08
Senhora do Porto	0,696	Médio	0,802	Muito alto	15,23
Virginópolis	0,728	Alto	0,831	Muito alto	14,15
Virgolândia	0,695	Médio	0,795	Alto	14,39

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Anexo IV – Valor e respectiva classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), segundo o item Educação, região de atuação do Instituto CENIBRA, anos 2000-2010.

(Continua)

Unidade Geográfica	IDHM-EDUCAÇÃO (2000)	Classificação do IDHM	IDHM-EDUCAÇÃO (2010)	Classificação do IDHM	VARIAÇÃO IDHM-EDUCAÇÃO (2000-2010)
Brasil	0,456	Baixo	0,637	Médio	39,69
Minas Gerais	0,470	Baixo	0,638	Médio	35,74
Açucena	0,229	Muito baixo	0,451	Muito baixo	96,94
Alvinópolis	0,429	Muito baixo	0,577	Baixo	34,50
Antônio Dias	0,293	Muito baixo	0,507	Baixo	73,04
Barão de Cocais	0,502	Baixo	0,647	Médio	28,88
Bela Vista de Minas	0,454	Muito baixo	0,597	Baixo	31,50
Belo Oriente	0,397	Muito baixo	0,606	Médio	52,64
Bom Jesus do Amparo	0,372	Muito baixo	0,582	Baixo	56,45
Bom Jesus do Galho	0,276	Muito baixo	0,491	Muito baixo	77,90
Braúnas	0,265	Muito baixo	0,478	Muito baixo	80,38
Bugre	0,274	Muito baixo	0,511	Baixo	86,50
Caeté	0,555	Baixo	0,663	Médio	19,46
Cantagalo	0,311	Muito baixo	0,515	Baixo	65,59
Caratinga	0,450	Muito baixo	0,603	Médio	34,00
Catas Altas	0,433	Muito baixo	0,582	Baixo	34,41
Coluna	0,263	Muito baixo	0,430	Muito baixo	63,50
Coroaci	0,309	Muito baixo	0,493	Muito baixo	59,55
Coronel Fabriciano	0,517	Baixo	0,696	Médio	34,62
Córrego Novo	0,281	Muito baixo	0,525	Baixo	86,83
Divinolândia de Minas	0,305	Muito baixo	0,495	Muito baixo	62,30
Dores de Guanhães	0,315	Muito baixo	0,512	Baixo	62,54
Ferros	0,240	Muito baixo	0,428	Muito baixo	78,33
Gonzaga	0,250	Muito baixo	0,516	Baixo	106,40
Governador Valadares	0,484	Muito baixo	0,644	Médio	33,06
Guanhães	0,401	Muito baixo	0,576	Baixo	43,64
Iapu	0,338	Muito baixo	0,535	Baixo	58,28
Ipaba	0,343	Muito baixo	0,562	Baixo	63,85
Ipatinga	0,583	Baixo	0,705	Alto	20,93
Itabira	0,510	Baixo	0,678	Médio	32,94
Joanésia	0,286	Muito baixo	0,495	Muito baixo	73,08
Mariana	0,474	Muito baixo	0,664	Médio	40,08
Marliéria	0,381	Muito baixo	0,537	Baixo	40,94
Materlândia	0,287	Muito baixo	0,497	Muito baixo	73,17
Mesquita	0,356	Muito baixo	0,555	Baixo	55,90
Naque	0,362	Muito baixo	0,592	Baixo	63,54
Nova Era	0,501	Baixo	0,639	Médio	27,54
Paulistas	0,339	Muito baixo	0,521	Baixo	53,69
Peçanha	0,304	Muito baixo	0,497	Muito baixo	63,49
Periquito	0,364	Muito baixo	0,555	Baixo	52,47

Unidade Geográfica	IDHM- EDUCAÇÃO (2000)	Classificação do IDHM	IDHM- EDUCAÇÃO (2010)	Classificação do IDHM	(Conclusão)
					VARIÇÃO IDHM- EDUCAÇÃO (2000-2010)
Pingo-D'Água	0,354	Muito baixo	0,529	Baixo	49,44
Rio Piracicaba	0,418	Muito baixo	0,605	Médio	44,74
Rio Vermelho	0,230	Muito baixo	0,389	Muito baixo	69,13
Sabinópolis	0,334	Muito baixo	0,502	Baixo	50,30
Santa Bárbara	0,479	Muito baixo	0,642	Médio	34,03
Santa Maria de Itabira	0,326	Muito baixo	0,533	Baixo	63,50
Santana do Paraíso	0,394	Muito baixo	0,552	Baixo	40,10
Santo Antônio do Itambé	0,183	Muito baixo	0,408	Muito baixo	122,95
São Domingos do Prata	0,377	Muito baixo	0,593	Baixo	57,29
São Gonçalo do Rio Abaixo	0,357	Muito baixo	0,569	Baixo	59,38
São João Evangelista	0,380	Muito baixo	0,520	Baixo	36,84
Sardoá	0,350	Muito baixo	0,533	Baixo	52,29
Sem-Peixe	0,336	Muito baixo	0,543	Baixo	61,61
Senhora do Porto	0,189	Muito baixo	0,378	Muito baixo	100,00
Virginópolis	0,447	Muito baixo	0,580	Baixo	29,75
Virgolândia	0,326	Muito baixo	0,497	Muito baixo	52,45

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015).

Anexo V – Valor e respectiva classificação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), região de atuação do Instituto CENIBRA, ano 2010.

Município	IMRS (2010)	Classificação do IMRS	Município	IMRS (2010)	Classificação do IMRS
Açucena	0,547	Baixo	Itabira	0,670	Médio
Alvinópolis	0,596	Baixo	Joanésia	0,570	Baixo
Antônio Dias	0,562	Baixo	Mariana	0,664	Médio
Barão de Cocais	0,692	Médio	Marliéria	0,640	Médio
Bela Vista de Minas	0,563	Baixo	Materlândia	0,534	Baixo
Belo Oriente	0,631	Médio	Mesquita	0,554	Baixo
Bom Jesus do Amparo	0,590	Baixo	Naque	0,525	Baixo
Bom Jesus do Galho	0,529	Baixo	Nova Era	0,662	Médio
Braúnas	0,562	Baixo	Paulistas	0,539	Baixo
Bugre	0,548	Baixo	Peçanha	0,513	Baixo
Caeté	0,635	Médio	Periquito	0,531	Baixo
Cantagalo	0,514	Baixo	Pingo D' Água	0,613	Médio
Caratinga	0,624	Médio	Rio Piracicaba	0,612	Médio
Catas Altas	0,687	Médio	Rio Vermelho	0,511	Baixo
Coluna	0,518	Baixo	Sabinópolis	0,553	Baixo
Coroaci	0,546	Baixo	Santa Bárbara	0,648	Médio
Coronel Fabriciano	0,606	Médio	Santa Maria de Itabira	0,591	Baixo
Córrego Novo	0,556	Baixo	Santana do paraíso	0,562	Baixo
Divinolândia de Minas	0,573	Baixo	Santo Antônio do Itambé	0,567	Baixo
Dores de Guanhões	0,554	Baixo	São Domingos do Prata	0,585	Baixo
Ferros	0,567	Baixo	São Gonçalo do Rio Abaixo	0,664	Médio
Gonzaga	0,579	Baixo	São João Evangelista	0,612	Médio
Governador Valadares	0,571	Baixo	Sardoá	0,577	Baixo
Guanhões	0,634	Médio	Sem-Peixe	0,591	Baixo
Iapu	0,566	Baixo	Senhora do Porto	0,505	Baixo
Ipaba	0,590	Baixo	Virginópolis	0,593	Baixo
Ipatinga	0,664	Médio	Virgolândia	0,561	Baixo

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro - FJP (2010) e Instituto CENIBRA (2014).

Anexo VI – Número de ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), segundo o município, mesorregião e microrregião, região de atuação do Instituto CENIBRA.

Município	Mesorregião	Microrregião	Total de Ações
Carmésia	Vale do Rio Doce	Guanhães	1
Açucena	Vale do Rio Doce	Ipatinga	15
Belo Oriente	Vale do Rio Doce	Ipatinga	21
Santana do Paraíso	Vale do Rio Doce	Ipatinga	17
Periquito	Vale do Rio Doce	Ipatinga	16
Naque	Vale do Rio Doce	Ipatinga	14
Antônio dias	Vale do Rio Doce	Ipatinga	16
Bom Jesus do galho	Vale do Rio Doce	Caratinga	13
Bugre	Vale do Rio Doce	Caratinga	13
Peçanha	Vale do Rio Doce	Peçanha	14
Gonzaga	Vale do Rio Doce	Guanhães	13
Rio vermelho	Metropolitana de Belo Horizonte	Conceição do Mato Dentro	12
Santo Antônio do Itambé	Metropolitana de Belo Horizonte	Conceição do Mato Dentro	12
Sem-peixe	Zona da Mata	Ponte nova	12
Ferros	Metropolitana de Belo Horizonte	Itabira	12
Ipaba	Vale do Rio Doce	Caratinga	14
Ipatinga	Vale do Rio Doce	Ipatinga	13
Mesquita	Vale do Rio Doce	Ipatinga	15
Sardoa	Vale do Rio Doce	Guanhães	13
Virginópolis	Vale do Rio Doce	Guanhães	13
Coroaci	Vale do Rio Doce	Governador Valadares	13
Santa Barbara	Metropolitana de Belo Horizonte	Itabira	12
Barão de cocais	Metropolitana de Belo Horizonte	Itabira	12

Fonte: Adaptado de Instituto CENIBRA (2014).